DEBATE SOBRE O PROJETO DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

ATERRO SANITÁRIO DE RESÍDUO CLASSE IIA

[Música de abertura]

....(microfone no mudo) formulário próprio a ser distribuído aos presentes tanto para a formulação de perguntas por escrito quanto para questionamento com o uso do microfone que está ali em baixo. O formulário deve ser entregue a equipe do cerimonial, que repassará aos técnicos do IPAR. Tenhamos todos um ótimo evento.

Neste momento, senhoras e senhores, gostaria de convidar as seguintes autoridades para fazer a composição da mesa solene:

Excelentíssimo Senhor Juliano Marcos Valente de Souza, diretor presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas IPAAM.

Excelentíssimo Jose Augusto Ferraz Lima, prefeito municipal de Iranduba.

Excelentíssimo Senhor Deputado Sinésio Campos, presidente da comissão da Geodiversidade, Recursos Hídricos, Minas, Gás, Energia e Saneamento, representando neste ato a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Excelentíssimo senhor Doutor Alberto Rodrigues do Nascimento Junior, Procurador Geral de Justiça do Estado do Amazonas.

Convido também o Excelentíssimo Senhor Doutor Jordano Bruno, Procurador Geral do Estado PGE.

Excelentíssima Senhora Promotora de Justiça Doutora Daniele Cristine Samartine Gouveia de Andrade.

Excelentíssimo Senhor Conselheiro Josué Claudio de Souza Neto, neste ato representando o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

Convido também para compor a mesa o Conselheiro Júlio Pinheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

Excelentíssima Senhora Vereadora Larissa Rufino Gomes, presidente da Câmara Municipal de Iranduba.

Excelentíssimo Senhor Gilberto de Deus, secretário municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Iranduba.

E, por fim, o Excelentíssimo Senhor Adriano Rodrigues Alves, representando neste ato a Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Mesa solene composta, aproveitando que as autoridades estão de pé, pediria a todos que fizessem o mesmo, em respeito ao nosso país, que todos possam participar da execução do Hino Nacional Brasileiro.

Antes da execução do Hino Nacional, vou chamar o vereador do Município de Iranduba Jorge Velho para também compor a mesa solene.

[Hino Nacional]

Muito obrigado!

Senhores podem tomar os seus assentos!

Componentes da mesa, demais participantes registraram a presença aqui. Em nome do Governo do Estado do Amazonas e também da Norte Ambiental, dos vereadores do município de Iranduba, Michel Lopes, Gislei, Tatinha, Eudes, Bruno, os demais que estão compondo também aqui a mesa solene. Também representantes da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Nova Esperança de Iranduba, em nome de Maria Coimbra. E também do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, representado aqui por Suelen Ramos. Demais autoridades sintam-se citadas, fiquem à vontade. Que todos tenhamos um ótimo evento!

Neste momento, para dar as boas-vindas aos participantes desta audiência pública, eu passo a palavra ao Excelentíssimo Senhor Juliano Marcos Valente de Souza, diretor presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas, o IPAAM.

Bom dia!

Bom dia!

Quem está lá atrás consegue me ouvir?

Levante a mão!

Ok! Ok! Perfeito! Então o som está muito bom para que consigam todos ouvir e todos participarem adequadamente.

Bom, primeiramente, eu quero saudar a todos os componentes da mesa, uma vez que todos já foram devidamente nominados. Fazer referência a um momento tão importante como esse que é uma audiência pública. E o que é uma audiência pública? Uma audiência pública é um espaço, é um fórum legitimado constitucionalmente e aí eu faço referência ao artigo 58 da Constituição Federal, da Constituição Brasileira, da Carta Magna Brasileira, onde ali está previsto, dentre todos os tipos de manifestação pública, referendo, plebiscito e uma série de outros instrumentos, ali está prevista também as audiências públicas, estão previstas as audiências públicas. Que é de fato um momento em que o constituinte legitimou a participação popular naquilo que é o mais importante que é a compreensão de grandes empreendimentos, de grandes projetos. E o Brasil naquele momento de 1988 vivenciava isso, que era o retorno da democracia. Iniciava o retorno da constituição de grandes projetos. Hidrelétricas, grandes obras, portos, aeroportos e assim vai. E dentro disso entendeu o legislador que deveria ter o espaço aonde essas informações, meu caríssimo Doutor Alberto, essas informações de cunho eminentemente técnico deveriam estar presentes, mas em elementos que transparecessem clareza, compreensão, e principalmente transparência não só nos atos do empreendedor, mas também nos atos do poder público, meu caro procurado geral do Estado Doutor Jordano. Era necessário então que se legitimasse a participação popular. Isto é uma audiência pública.

Meu nobre conselheiro Josué, não há espaço dentro de um fórum como esse para consensualidade. Nós não vamos sair daqui com consenso, minha cara promotora. Nós vamos sair sim com clareza de que quais as reivindicações aqui trazidas por dirigentes de classe, por organizações sociais, interesses populares assim legitimados, câmara de vereadores, a própria prefeitura, o próprio empreendedor na sua defesa do empreendimento, tudo isso será colocado aqui e a ideia é que uma vez isso sendo muito bem colocado com responsabilidade, a gente saia

daqui com subsídios para que a primeira etapa do processo de licenciamento seja concluída. E qual seja...Nós estamos aqui pra proceder o licenciamento prévio do empreendimento. E para que esse licenciamento prévio seja concedido é necessária a garantia de um espaço, de um fórum como esse.

Obtidas as informações como saída do resultado da audiência pública, isso tudo será processado pela comissão que foi instituída pelo IPAAM, por nós, por mim, no âmbito da portaria 052 de 2020. Essa portaria garante uma comissão de caráter multidisciplinar de servidores da casa, portanto do IPAAM, que analisarão o projeto que foi apresentado e todas as condições discutidas neste fórum e no decorrer do licenciamento. Portanto, deputado Sinésio, o senhor que representa a comissão, eu creio que a comissão que tem o nome mais longo da Assembleia Legislativa, que começa com energia, mineração, e vem embora...geodiversidade...e tem lá dentro dessa comissão, o senhor é o presidente dessa comissão, a comissão de saneamento.

E dentro desse âmbito, o governo do estado do Amazonas, o Governador Wilson Lima, está muito atento para todos esses movimentos, porque nós estaremos dando resposta a um dos primeiros licenciamentos de aterro sanitário aqui no estado do Amazonas.

Minha cara presidente da Câmara, a sua cidade pode ser contemplada com esse aterro, porque no estado, licenciado, porque no estado do Amazonas, não há, nem em Manaus, aterro sanitário licenciado. Nós, conselheiro Júlio Pinheiro, nós que temos tanta responsabilidade ambiental mundial, com a nossa floresta em pé, com os nossos ativos ambientais, conselheiro, não conseguimos dar uma resposta adequada ao ambiente urbano que é onde efetivamente moram as pessoas. Para vocês terem uma ideia, e já concluo, no estado do Amazonas, que é o maior espaço verde do planeta, 96% de floresta em pé, 76% da população mora nas cidades, não mora na floresta. Então, eu concluo dizendo a todos que participarem dessa audiência, volto a repetir, não há que se discutir consensualidades, estamos aqui para nos posicionarmos, mas o façam com responsabilidade e respeito, porque o resultado disso será muito bem aproveitado para as populações atuais e futuras. Muito obrigado!

Obrigado, diretor presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas IPAAM, Juliano Marcos Valente de Souza.

Com a palavra o Excelentíssimo Senhor Adriano Rodrigues Alves, representando a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA.

Bom dia a todos, em nome do secretário de estado de Meio Ambiente, Eduardo Taveira, saúdo aqui todos os presentes, é importante como bem falou o nosso presidente Juliano Valente, que esse momento seja o momento para que possamos botar as cartas na mesa e saíamos daqui realmente com a certeza de que tudo que eu vim para falar foi falado.

Com o novo marco legal de saneamento básico, vai ser imprescindível que os municípios se adequem a esse marco legal com: a distribuição de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, e não se pode falar de resíduos sólidos sem a presença de catadores, ainda mais quando se fala de aterro sanitário. E aqui o movimento nacional está presente. E também a drenagem de água urbana e águas pluviais. O novo marco trás essa responsabilidade pra gente. E momentos como esse é importante que possamos estar aqui realmente dentro da nossa legislação também, o que se chama de controle social, a participação da sociedade numa atividade que envolve o poder público, poder privado. Então façam desse momento um momento de grande responsabilidade, mas como disse nosso presidente Juliano Valente, sem

consenso. Saiam daqui com a certeza de que o que você veio questionar, veio fazer foi alcançado. Obrigado!

Excelentíssimo Senhor Gilberto de Deus, secretário municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Iranduba.

Bom dia a todos! Esse é um marco importante que estamos iniciando em Iranduba, doutor Juliano. O senhor foi muito feliz e fico grato, em nome do prefeito Augusto Ferraz, das duas palavras: responsabilidade e respeito.

Nós estamos começando pelo final da cadeia, que é o destino. Mas devemos nos preocupar, como o nosso colega falou, devido ao marco legal, com o meio que é o esgotamento sanitário, a água pluvial e o fornecimento de água potável. Esse é um marco que nós já estamos iniciando em Iranduba e fico muito feliz que aqui inicie um novo momento para o Amazonas. Muito obrigado!

Ouviremos neste momento a Excelentíssima Senhora Vereadora Larissa Rufino Gomes, que é presidente da Câmara Municipal do município de Iranduba.

Meu cordial bom dia a todos!

Quero aqui cumprimentar na pessoa do nosso diretor presidente do IPAAM Juliano Souza, a todos que estão com pontos expositivos na mesa, e na oportunidade cumprimento todos os presentes aqui representados pelas associações, cooperativas, empreendedores, pessoas da sociedade civil organizada como um todo, em nome dos vereadores que aqui se fazem presente. Eu gostaria de citar o vereador Kelison Dieb, que é presidente da Comissão de Meio Ambiente. O vereador Disney Cunha, também na Comissão de Meio Ambiente. Mychell Lopes, Eudes Fernandes, Bruno Lima, Luis Carlos Velho, também com pontos expositivos na mesa, Anderson Belfort, Ney Furtado, Nedy Vale e Tatinha Lopes legitimamente representantes do município de Iranduba, portanto de toda a sociedade irandubense.

Esse é o momento que nós temos a oportunidade de externar nossos pensamentos em relação a oportunidade de mitigar os problemas que são realidade do nosso município, que poderá vir a ser o marco da história da região Norte no sentido de resolver as problemáticas do tratamento do resíduo sólido no nosso estado e, portanto, na região norte do Amazonas.

Gostaria de solicitar que todos, a maioria, aqueles que puderem participar, dando a sua opinião positiva ou não, mas que pudesse aqui nessa oportunidade, nessa audiência tão bem-organizada dizer aquilo que é o seu pensamento. E eu estarei aqui também como representante recolhendo esses posicionamentos para que nós possamos também estar processando isso na Câmara e criando meios de discussão na nossa Câmara, na nossa casa legislativa. Desejo uma boa audiência a todos e agradeço a participação de todos os que estão aqui. Obrigada!

Vereador Luís Carlos Rufino, vou franquear a palavra para o senhor. Vereador do município de Iranduba.

Eu peço licença aqui, afastar um pouquinho do nosso Juliano Pinheiro, Doutor Juliano, Júlio Pinheiro.

Meu cordial bom dia a todos e a todas! Aqui que se fazem presente! Cumprimento a mesa em nome do nosso amigo e diretor presidente Doutor Juliano Valente. Cumprimento também em nome do nosso cidadão irandubense deputado estadual Sinésio Campos, que se faz presente

aqui nessa audiência. A nossa presidente, os demais, o nosso prefeito do município, que se faz presente, cumprimento todos aqui a mesa.

Toda ação tem uma reação. Nós aqui em Iranduba já tivemos acesso ao empreendimento disfarçado de geração de emprego e renda. E nos externamos no início que depois a gente vai colocar para propositura de encaminhamento que nós não somos cobaia de Manaus. Nós não somos cobaias. Então, parabéns pela audiência, para que cada um possa se manifestar e no decorrer a gente vai encaminhar a nossa avaliação, a nossa propositura e que os comunitários que foram consultados casa a casa nos passaram. Muito obrigado!

Obrigado vereador!

Ouviremos nesse momento as palavras do conselheiro Júlio Pinheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Bom dia a todos! Primeiramente, eu quero cumprimentar o prefeito de Iranduba, o Juliano do IPAAM, na pessoa de quem e na pessoa do doutor Alberto, nas pessoas que eu cumprimento todos os que estão compondo a mesa.

Eu queria cumprimentar, em nome da Dona Maria, todos os catadores aqui do município de Iranduba. Além da Suelen, que é do movimento nacional, e a Irineide que é do movimento estadual de catadores.

Eu venho acompanhando, há mais de 10 anos, esse lixo aqui do município de Iranduba. E hoje parece que pode ser o primeiro passo nessa audiência pública para que nós possamos concretizar efetivamente um aterro sanitário dentro do município de Iranduba, como diz a lei de resíduos sólidos. A lei 12.305 de 2010 estabeleceu que todos os municípios brasileiros deveriam ter seus planos de gestão integrada de resíduos sólidos definitivamente realizados até o ano de 2012. E o único estado brasileiro em que 100% dos municípios realizaram seus planos foi o estado do Amazonas. Mas foi graças a atuação efetiva do Tribunal de Contas e aqui eu tenho a nossa diretora, da diretoria de Controle Ambiental do Tribunal, a Net Jane Ferreira, doutora Net, que através de esforço exigindo do poder público o cumprimento da lei, meu caro Juliano, nós conseguimos fazer com que os planos de gestão integrada de resíduos sólidos fossem efetivamente realizados em todos os municípios do estado do Amazonas.

Que na época correspondeu no total dos municípios brasileiros a apenas 8%. Para vocês verem como infelizmente nesse país a lei...ela nasce, mas ela praticamente não é colocada em prática na sua efetiva condição que deveria ser exatamente por falta de interesse político.

E essa questão do aterro, essa questão do lixo melhor dizendo, antes de ser uma questão ambiental, é uma questão de saúde pública das mais graves. Porque ali tem vários vetores que produzem muitas doenças, ratos, baratas, insetos, dos mais diversificados além do chorume produzido que contamina o lençol freático e contamina os rios e igarapés.

E eu queria...e tem o perigo aviário como você muito bem está falando que Manaus, o Amazonas e vários municípios não é exceção nessa condição no Brasil. E nós temos infelizmente no Brasil uma prática nefasta de fazer as coisas sempre muito malfeitas a grande maioria das vezes. Mas nós devemos pensar exatamente na conta final, não só sob o ponto de vista econômico, financeiro, mas do ponto de vista social. Porque nós temos pessoas como a Dona Maria e várias delas outras que sobrevivem do lixo. O professor Sabetá e Calderoni da USP dizia num livro muito famoso editado alguns anos atrás que nós jogamos bilhões no lixo. Nós jogávamos na época de 8 a 10 bilhões de reais no lixo. E o IPEA e a FIESP dizia que estes valores eram muito

maiores, algo em torno de 20 bilhões. Então nós precisamos gerar riqueza e gerar saúde inicialmente para essas pessoas que sobrevivem do lixo e obviamente para toda a sociedade. Não podemos esquecer o aspecto social, não podemos jamais esquecer o aspecto social dessa questão dos resíduos sólidos no Brasil. E o Tribunal de Contas do Amazonas, eu aqui quero reiterar, desde que temos acompanhado essa questão em todo o estado, eu conheci a Dona Maria 11 anos atrás no lixão, tenho visitado constantemente, ela é testemunha disso e acompanhado esse problema social gravíssimo. Então a questão econômica...ela não pode ser dissociada jamais da questão social e humanitária. Existem brasileiros que dependem disso. Nós podemos gerar riqueza para esses brasileiros. Podemos gerar emprego e renda para esses brasileiros. E essa audiência não pode fugir dessa realidade, senhor prefeito, senhores que estão participando conosco aqui. E eu fiz questão de vir acompanhar de perto. Eu tenho feito isso ao longo da minha vida dentro do Tribunal de Contas do estado do Amazonas. Eu espero, meu caro Juliano, que o licenciamento prévio possa seguir todos os ritos, que ele possa efetivamente ser concretizado. Eu espero que aqueles que vão ter a obrigação de gerar emprego e renda e eu espero que aqueles que estão aqui, que são as pessoas mais necessitadas, aqueles que catam lixo todos os dias, não fiquem a margem desse processo. Porque, antes de mais nada, nós precisamos ter essa visão social. A visão econômica é importante, mas a visão social sobre maneira é muito mais em todo esse processo que nós haveremos de vivenciar doravante. Portanto, eu quero cumprimentar a todos, especialmente o movimento estadual e nacional dos catadores, a Suelen, a Dona Maria, e todos aqueles que estão aqui presentes. E fiquem vigilantes porque o Tribunal de Contas estará acompanhando de perto todo esse processo para fazer com que nós possamos fazer efetivamente justiça social. Muito obrigado e bom dia!

Ouviremos neste momento as palavras do excelentíssimo Senhor Conselheiro Josué Claudio de Souza Neto, neste ato representando o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

Bom dia a todas! Bom dia a todos!

Quero agradecer a Deus por nós estarmos tendo aqui essa oportunidade de fazer desse momento e desse ambiente um grande evento, em primeiríssimo lugar, democrático e um evento constitucional. Um evento que dentro do que prevê a discussão...nós estamos aqui hoje tratando de um tema sentido que a orientação, o foco é de melhorar a vida das pessoas... Que o grande sentido de tudo que está acontecendo aqui é para melhorar a vida das pessoas. Nós estamos falando de algo que é previsto em lei. Nós estamos falando do serviço de aterro sanitário. Aterro sanitário já está previsto numa lei federal desde 2010.

Em 2017, o estado do Amazonas acompanhou a lei federal e apenas no final de 2021 a cidade de Manaus e a cidade de Iranduba, as duas primeiras cidades, já estão fazendo o trabalho para que possamos entregar esse tipo de serviço para a população. E quando eu falo a gente entregar, eu vou começar aqui por onde eu deveria ter começado. Quando eu falo a gente entregar, não é só o poder público, Claudio Rosas. Quando eu falo entregar eu falo dessa gama de instituições aqui representadas, onde todos nós estamos trabalhando para que isso possa acontecer já que é uma atividade para todos nós inovadora. É uma nova atividade. A lei federal existe desde 2010, a lei estadual existe desde 2017, mas apenas em 2021 é que a gente está tratando pela primeira ou pela segunda vez de um serviço tão importante.

E aí eu falo nós e eu vou citar e vou saudar alguns que estão compondo a mesa.

Quero saudar o Juliano Valente, através do IPAAM fazendo esse belíssimo trabalho.

Quero saudar o prefeito Augusto Ferraz, que está aqui no município há 10 meses também tentando fazendo um excelente trabalho para o povo.

Quero saudar a vereadora Larissa Gomes e todos os vereadores aqui presentes. Estão praticamente todos os vereadores de Iranduba presentes hoje.

Quero saudar o Ministério Público do estado do Amazonas, hoje aqui representado pelo seu Procurador Geral de Justiça. Esse jovem que tem feito um excelente trabalho a frente do MPE, Alberto Nascimento Junior.

Quero saudar também jovem procurador geral do Estado, Jordano Bruno, que também está representando, assim como as demais secretarias de estado, representando o executivo estadual.

E quero, de uma forma muito particular, não saudar, mas eu quero prestar a minha homenagem e quero agradecer a esse trabalho que está sendo realizado há mais de 10 anos no Tribunal de Contas do Estado pelo meu querido amigo conselheiro Júlio Pinheiro, que agora há pouco fez uma excelente explanação e que é o papa dessa matéria dentro do Tribunal de Contas. Eu estou aqui hoje apenas para me somar, tentando contribuir com essa experiência Sinésio, que nós estivemos juntos durante 15 anos no legislativo estadual e 2 anos no legislativo municipal de Manaus.

Mas quero agora entrar um pouquinho só nas fundamentações, por quê? Porque é importante que a gente traga um pouco da questão não só da democracia porque quando a gente realiza uma audiência pública como essa, nós estamos dentro de um ambiente democrático constitucional e que acima de tudo tem um respeito social. E quando eu falo respeito social, eu falo dos irandubenses que vão morar no entorno do aterro sanitário, eu falo das pessoas que vão trabalhar diretamente e próximo ao aterro sanitário...que aqui estão os catadores...eu tive o prazer de conhecer a Suelen e alguns demais. A gente está falando também de todos os irandubenses não só da sede do município como também da zona rural, que terão o destino correto do lixo produzido na sua casa. E isso é o que é mais importante, porque nós temos um momento inovador. Não há registro no estado do Amazonas de serviço parecido do serviço que será tratado aqui, do serviço que será realizado.

E, portanto, para finalizar, chegando já no finalzinho, desculpe estar me estendendo Juliano, mas eu preciso fazer um apanhado geral, abrir um pouco o leque, nós precisamos falar um pouco da nova lei de licitação, a 14.133, que quando o poder público realiza uma licitação, e aqui eu quero falar da iniciativa privada, o poder público ele não apenas vê o viés do menor preço. Quem é que ganha a licitação? É o menor preço. Só que não é mais só isso. Não é apenas o menor preço. São levados outros vieses dos quais são mais importantes do que o menor preço. Porque as vezes uma empresa apresenta o menor preço. Mas e a qualidade do serviço prestado? E qual é a responsabilidade que essa empresa tem com o meio ambiente? Então tudo isso hoje é levado num novo momento. Não basta meu querido PGJ ter o menor preço. Não basta apenas isso. Não basta apenas ter a publicidade, a transparência. Não é apenas isso mais. Tem que ter publicidade, transparência. Mas tem que ter o que está sendo feito aqui hoje. Que é a gestão participativa. O povo de Iranduba será ouvido. Os catadores serão ouvidos. Os órgãos de controle serão ouvidos. O executivo municipal será ouvido. O legislativo municipal será ouvido. O legislativo estadual será ouvido. O executivo estadual está aqui sendo ouvido. E isso é o mais importante. Porque nem sempre o menor preço garante a sustentabilidade econômica, a sustentabilidade social e principalmente, nesse momento, a sustentabilidade ambiental.

Então, é dessa forma que eu quero deixar aqui essas primeiras palavras para dizer que eu tenho hoje a maior alegria de estar no município que foi muito importante para toda a minha vida pública, juntamente com o deputado Sinésio. E eu não poderia de forma alguma estar hoje irmão ao lado do conselheiro Júlio Pinheiro para trazer o meu abraço ao povo de Iranduba. Que Deus nos ilumine! Ilumine a todos nos nessa audiência pública e que a gente possa ser muito feliz! E já de forma muito antecipada, feliz Natal a todos nós a todas as nossas famílias. Muito obrigado!

Ouviremos neste momento as palavras do excelentíssimo senhor Doutor Alberto Rodrigues do Nascimento Junior, Procurador Geral de Justiça do Estado do Amazonas.

Bom dia a todos! Permissão para tirar a máscara aqui, condições de falar melhor. Eu quero quebrar um pouco o protocolo aqui, doutor Juliano, para cumprimentar toda a mesa em nome da promotora de justiça doutora Daniele San Martin. Ela é a oficial representante do Ministério Público e defensora da sociedade de Iranduba.

Cumprimentar o prefeito aqui de Iranduba também. Agradecer desde já a parceria com o Ministério Público e com os demais órgãos aqui na nossa cidade e meu seletto e amigo Josué Neto. Muito obrigado pelas palavras. Saiba que você é um espelho. Eu modelo muito a sua atuação também. É uma honra não só pela nossa história e pela juventude também, mas principalmente Josué pela nossa condição de caboclo do interior, de estar aqui hoje e vou colocar para os senhores e para as senhoras numa condição não de procurador geral de justiça somente que esse é um viés da minha carreira, Júlio Pinheiro, que eu vim lutando desde 96 e durante esse período eu acompanhei algumas trajetórias de empresas no nosso Amazonas principalmente quando se deu o lançamento ao gasoduto que a Petrobras fez. Eu era promotor de justiça em Anori, acompanhei as audiências públicas que ela realizou lá na comarca e depois acompanhei até com a Audajás. Esse momento senhores e senhoras, é importante o nosso conselheiro Josué ele tem realmente que falar porque é o momento que a sociedade civil tem a oportunidade de falar. Então nós viemos aqui para ouvir, nós principalmente o IPAAM e a empresa que está à frente desse empreendimento de aterro sanitário aqui em Iranduba. O que me preocupa desde jovem, desde que ingressei na faculdade, Juliano, me preocupa muito com as garantias fundamentais que nos são colocadas, que são ensinadas durante todo o período que passamos nos bancos da nossa faculdade de direito. Então o Ministério Público tem essa missão constitucional de defender a sociedade e dentre eles, dentre todas essas missões, essas nossas atividades, atribuições, nós temos a garantia do meio ambiente sem olvidar que nós temos que conciliar o meio ambiente com a dignidade da pessoa humana. Isso requer que nós levemos também para toda a sociedade, para o cidadão, que ele tenha direito também a uma saúde, direito a qualidade de vida como foi colocado aqui.

E Sinésio, a sua comissão realmente condiz até mesmo com o seu espírito, com a sua energia. Eu não conheço deputado que tenha mais energia do que o nosso querido Sinésio Campos. Realmente a comissão que você preside, que está à frente, tem também o apoio lá do nosso Ministério Público, sempre que é necessário nós estamos lá atendendo as demandas da nossa Assembleia Legislativa. Então senhores e senhoras nós passamos há bem pouco tempo por uma situação de falta de oxigênio no nosso estado do Amazonas. A nossa Constituição nos traz e a doutora Daniele pode me corrigir aqui que nós temos como um dos princípios aqui diminuir as desigualdades regionais. Até onde, até quando a região Norte e principalmente o Amazonas vai sofrer com esse isolamento regional, com essa divisão, essa separação das demais regiões do nosso país. Na condição mais uma vez de cidadão e preocupado hoje como chefe da minha instituição, como procurador geral de justiça, e pelos anos que eu passei, mais de 12 anos no

interior do nosso estado do Amazonas, me traz uma preocupação em relação a forma como o estado do Amazonas trabalha as suas ações. Então geralmente nós temos as ações voltadas, isso não é crítica a nenhum poder, até mesmo o Ministério Público, ele dá sempre....nós temos uma condição de dar sempre uma atenção maior para a capital do nosso estado e foi por essa razão que eu fiz questão de acompanhar hoje a doutora Daniele e aqui aceitar o convite do IPAAM para estar aqui em Iranduba porque é missão minha levar o Ministério Público a melhor condição possível do interior para que a gente possa prestar esse serviço, esse atendimento para o cidadão do interior. E na condição de procurador geral de justiça, pelo que eu passei como promotor de justiça no interior, eu venho dar condição, dar apoio a nossa colega. Ela é a titular, ela é a promotora natural, é quem vai tratar diretamente com o IPAAM, com a sociedade civil, com os poderes constituídos aqui do município e com a empresa que está fazendo esse investimento em relação ao que é melhor e mais razoável para o nosso interior. Então eu quero dar os parabéns, colocar essa minha preocupação, quem dera Itacoatiara estivesse sendo contemplada com uma audiência pública desse nível. É um sonho para cada promotor de justiça que atua no interior do estado, que haja essa atenção não só do governo, mas também do investimento numa parceria pública e privada em cada município do nosso interior do Amazonas.

Parabéns mais uma vez a todos, o Ministério Público está aqui em razão da sua missão constitucional e de portas abertas a todo cidadão de Iranduba. Muito obrigado!

Neste momento, senhoras e senhores, ouviremos as palavras do Excelentíssimo Senhor Doutor Jordano Bruno, Procurador Geral do Estado PGE.

Bom dia a todos! Meu nome é Jordano Bruno Cruz, eu estou atualmente procurador geral do estado e estou extremamente feliz de estar aqui nessa audiência pública que é algo incomum no Amazonas e algo incomum em todos os estados brasileiros. Pouquíssimos estados brasileiros têm condição de realizar audiência pública para se discutir a implantação ou não de aterros sanitários. Fico extremamente feliz de ter....de todos os catadores estarem aqui muito bem representados. Esse país não seria líder de reciclagem mundial se não fosse o trabalho dos catadores. Parabéns a vocês!

O Brasil só consegue liderar reciclagem em alumínio... mundial essa liderança...justamente pelo trabalho de formiguinha dos catadores. Não existe reciclagem no Brasil sem o trabalho de vocês. E a existência de lixão que é diferente de aterro sanitário e é importante que nós saibamos essa diferença... lixão é uma coisa, aterro sanitário é outra coisa. Lixão para se implementar um lixão jamais se fez uma audiência pública porque não precisa. O lixão é algo ilegal, é algo ilegítimo, é algo que não se ouve a sociedade para a existência ou não deles. O lixão quando a gente simplesmente acorda, desperta e tem um monte de lixo ao lado da nossa casa ou num bairro um pouco mais distante da nossa cidade. E o problema do lixão é que nós não sabemos quem são os donos, as vezes não existe dono, as vezes o lixo é acumulado numa área de uma pessoa que não concorda que aquele lixo esteja ali. E essas coisas vão se consolidando, esse lixão só vai aumentando e aí acaba que isso vira uma situação fática e irreversível. E nós não conseguimos por exemplo sancionar ninguém pelos danos ambientais decorrentes de um lixão porque nós não sabemos quem são os donos desse lixão. No aterro sanitário é diferente. No aterro sanitário existe isso aqui que nós estamos fazendo hoje. Uma audiência pública para ouvir a população, que efetivamente é quem tem a opinião mais importante a ser dada aqui. Essa mesa é composta por várias autoridades, mas a opinião mais importante é a opinião de vocês. É a opinião da sociedade. Aqui nós temos deputado Sinésio por exemplo e a presidente da Câmara dos Vereadores que receberam votos para isso. Votos de vocês. Então eles estão aqui. E o prefeito

também está aqui. Perdão prefeito. Eles estão aqui nada mais nada menos do que representando vocês. E a importância de se ter aterro sanitário, e não é qualquer aterro sanitário, é o aterro sanitário ambientalmente licenciado e devidamente e previamente escutada a população local, que é o que nós estamos fazendo aqui. Agora é o momento de vocês todos e eu e nós que estamos aqui também externarmos as nossas angústias, as nossas dificuldades, os nossos anseios e os nossos medos. Eu sei que vocês aí com certeza estão com medo, com receio, com várias dúvidas e com muitas perguntas a fazer. É natural. Façam todas elas. É esse o trabalho dessa audiência pública. Eu fico muito feliz de ver alguns cartazes lá atrás que querendo ou não já manifesta uma certa oposição a esse empreendimento. E isso nada mais é do que o estado democrático. É muito feliz de existir isso porque nós vivemos num estado democrático e todas essas pessoas têm que ser ouvidas. E nós temos que ter a humildade o suficiente de estudar o assunto, nos informarmos, e termos a humildade o suficiente para mudarmos de opinião quando entendermos que é necessário mudarmos de opinião. Então eu fico extremamente feliz por isso porque quando se licencia ambientalmente um aterro sanitário, nós conseguimos agregar a este aterro sanitário várias cooperativas de catadores de lixo que vão fazer a coleta seletiva desse lixo. A gente consegue ganhar escala de produção. E o aterro sanitário não é ninguém sem os catadores de lixo. Muito pelo contrário. Toda vez que se implanta um aterro sanitário, a demanda por catadores de lixo aumenta substancialmente. Então Brasil afora nós temos várias parcerias feitas entre aterros sanitários e cooperativas de catadores de lixo, principalmente com a finalidade de obter lixo reciclável. Justamente porque nós ganhamos produção. O Brasil ganha produção nessa reciclagem seletiva de lixo quando se tem escala. E isso é extremamente importante. Quando se implementa um aterro sanitário ambientalmente licenciado, devidamente licenciado, e se agrega a ele cooperativas de catadores de lixo, nós conseguimos transformar lixo em dinheiro. Do lixo nós conseguimos fazer adubo orgânico, nós conseguimos fazer chorume. Chorume diluído que vira fertilizante. E o preço de fertilizante mais que triplicou nos últimos dois anos. Então isso é um volume financeiro enorme que o Brasil está perdendo por conta disso. Então sintam-se todos a vontade. É natural essa angústia, esse medo, esse receio e todas essas dúvidas que eu também compartilho desse sentimento com vocês. Então aqui o momento correto de todos nós externalizarmos essas perguntas e botarmos para fora tudo aquilo que nos angustia. Um grande abraço a todos.

Obrigado ao Procurador Geral do Estado, Jordano Bruno.

Com a palavra, neste momento, o deputado Sinésio Campos, presidente da comissão da Geodiversidade, Recursos Hídricos, Minas, Gás, Energia e Saneamento, representando neste ato a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Bem, eu queria parabenizar, agradecer o IPAAM na pessoa do Juliano Valente, que oportuniza essa audiência pública. A prefeitura de Iranduba, na pessoa do prefeito Ferraz e na pessoa aqui da vereadora Larissa e Luiz Carlos Velho. A Câmara Municipal de Iranduba... não sei por que não estão sentados aqui a frente. São legisladores do município. Deveria estar sentando aqui na frente. Estão dispersos. Como também o Tribunal de Contas na pessoa do Júlio e do Josué. Deputado estadual e presente por vários mandatos da casa. E o nosso companheiro Alberto, procurador geral que é o nosso grande parceiro do dia a dia.

E eu queria falar para vocês... audiência pública é uma conquista da sociedade. É uma forma do estado gastar melhor recursos públicos. E aqui estamos tratando de investimento privado. Aqui não estamos tratando de um investimento público. Mas a preocupação que temos é que é uma concessão. Por que que eu digo como se fosse uma concessão... porque não existe uma atividade dessa se não tiver a chancela do estado. E o estado ele tem preocupações constitucionais com

a sociedade. Tem 4 eixos companheiro Juliano que nós temos que nos debruçar. Os 4 eixos que tratam sobre saneamento básico. Saneamento básico não é somente tratar sobre resíduos sólidos. É tratar também nos municípios e nas comunidades, é água potável para as pessoas beberem água de qualidade. Isso é saneamento básico. Parece que os prefeitos não compreenderam isso. Água potável de qualidade é saúde e é saneamento básico. Águas pluviais e drenagem também é ... isto é saneamento básico. Município que não tem o saneamento básico, não investe em drenagem também não está fazendo o dever de casa no saneamento básico. Tratamento de esgoto da mesma forma é outro eixo. Tem que ter sim investimento em rede de esgoto. Isso é saneamento. Agora eu vou voltar a um tema, companheiro Júlio, e aqui eu queria destacar o trabalho do Tribunal de Contas que o senhor faz, mas também como órgão auxiliar da Assembleia dizer que fui eu o autor da lei que coloquei dentro e o Josué era o presidente. Que eu coloquei dentro da constituição estadual uma emenda constitucional...a palavra saneamento básico. Nem isso o Júlio tinha. Tinha sim o prosamento, tudo que se fazia, mas dizer que saneamento básico é somente dragar igarapés. Não é. Não é. Isso não é o saneamento propriamente dito. Isso não é. Mas naquela época que foi, que tu estás falando, não tinha legitimidade. Agora é bom que se diga. Qualquer prefeito, qualquer governador que possa mandar um projeto de lei, vereadora, para a Câmara Municipal ou para a Assembleia, tem que estar inserido no plano de execução... qualquer tipo de investimento ou financiamento tem que estar inserido o saneamento básico, que caso contrário BID nem nenhum outro órgão financiador libera. Porque hoje está na lei. Que antes achar que saneamento era somente meter a tinta asfáltica, o breu na cidade, já estava resolvido o asfaltamento. Agora não é, tem que fazer o serviço de drenagem de esgoto. O saneamento é isso.

Então eu queria também falar para vocês que o único aterro sanitário entre aspas do estado do Amazonas chamado aterro controlado e vocês já me ouviram muito eu falar que o ponto mais alto de Manaus é o aterro controlado e eu chamo de lixão. É aquele que é o cartão postal negativo de quem chega em Manaus. Lá lixão com porteira como Júlio fala...e mais.... lá gente não é mais um aterro lixão como queira licenciado, aquele aterro lixão já perdeu, não tem mais o licenciamento do IPAAM, ou seja, é clandestino. E tem data. Estão depositando lá sob liminar o lixo e tem prazo de fechar que é 2023. Então pessoal eu queria falar para vocês também que dia 14/12 eu vou entregar o relatório do saneamento básico construído com o TCE, construído com os catadores...não é verdade...está lá o nome de vocês lá....está o IPAAM, está o PGE. Estão todos os órgãos, Funasa, Secretaria de Meio Ambiente Municipais e Estaduais, estão todos os órgãos lá. Então é bom que a gente comece a fazer o debate. Fazer o debate em vários municípios. Então esse é um trabalho que nós vamos entregar para a sociedade. E vamos retomar, e eu peço vereadora Larissa, que esse debate de saneamento possa ser feito na Câmara Municipal de Iranduba, de uma forma mais ampla. Saneamento básico é algo que a gente tem que debater mais amplo porque esse debate que nós estamos travando aqui, nós fomos provocados com uma demanda da iniciativa privada. Que eu até aqui nesse momento eu parabeno por ter trazido esse debate, porque caso contrário ninguém estava nem discutindo o saneamento. Um item que é a questão do aterro sanitário. Gente, eu estou no meu 6º mandato parlamentar e quero assegurar para vocês: O Amazonas não tem nenhum...nenhum, zero, zero aterro sanitário. Não tem nenhum. Nenhum aterro sanitário. Tudo é lixão. Tudo é lixão. Não tem nenhum. Então é bom que a gente comece a fazer esse debate até porque ninguém quer penitenciária perto da casa da gente. Nem aterro sanitário. Ninguém quer. Mas a gente continua tendo delinquência e todo dia a gente está com medo e produzindo lixo. E a gente tem que colocar em algum canto. É uma realidade da sociedade, então temos que fazer o debate de forma republicana. Agora para mim, todos esses eixos... tem que ser um aterro

sanitário ambientalmente viável. Esse item aqui, Juliano, eu sei que a audiência pública...nós temos o caráter somente consultivo, não é verdade? Quem tem o caráter deliberativo é o IPAAM. Agora sobre os ombros do IPAAM, está as leis e está também as sugestões que vão surgir aqui. É por isso que é audiência pública. O Tribunal de Contas tem o seu papel, a PGE também tem. O TSE tem o seu papel. A prefeitura tem. Os órgãos, o Ministério Público...então nós estamos aqui...eu como presidente da Comissão de Saneamento Básico, eu estou aqui também para ouvir. Quero apresentar aqui o Aziel, engenheiro ambiental com mestrado nessa área, profundo conhecedor. A companheira doutora Carolina também, engenheira, tem uma equipe maravilhosa dentro da nossa comissão da Assembleia Legislativa está à disposição. Vamos acompanhar passo a passo até porque eu quero e desejo que muitos aterros sanitários tenham aqui no estado do Amazonas. Não dá para ver Parintins com lençol freático contaminado. Não dá para ter em Manaus a ponte da Bolívia (trecho não claro) tudo contaminado. Não dá para ver em Aimundá, não dá para ver (trecho não claro) Silva, todos municípios numa situação vergonhosa. Agora, não dá para fazer de qualquer jeito. Não dá para fazer de qualquer jeito. Um exemplo, os catadores aqui estão, não dá para eles ficarem somente da porteira para fora, não dá. Porque se eles são como você falou, meu mestre da PGE aqui, Jordano, se eles são já foram cantados em festa em prosa até no Carnaval do Rio de Janeiro. Do lixo ao luxo. Então é bom que Joãozinho Trinta...é bom que se diga que aí tem associações, tem cooperativas, que em qualquer debate sobre aterro sanitário aqui em Iranduba e qualquer parte do Amazonas, eles têm que ser ouvidos.

Porque, caso contrário, é uma parcela da sociedade que, de forma direta, meu Vereador Velho, direta e indiretamente eles sobrevivem disso. Agora, eu não quero ver e não vou admitir nenhum tipo de lixão controlado se não for um aterro digno e decente, que leve em consideração o plano nacional do saneamento básico. Esse plano, o 14.026, que foi aprovado em 2020, é necessário, é necessário que eles estejam sempre seguindo as normas. Então eu queria primeiro que, como tem a empresa que vai apresentar, que eles possam ver de que forma esse aterro está sendo proposto para a sociedade. E, a partir daí, nós, de forma republicana, vamos fazer todas as indagações e vamos fazer os questionamentos, por conta que se faz necessário. Audiência pública é não deixar nenhuma pergunta para o nosso travesseiro. Eu tô vendo aqui o nosso prefeito, emérito prefeito do Iranduba, olha aqui, Josué, quem tá aqui. O nosso Zé Maria. É que eu queria... Nós te amamos, viu Zé Maria? Você, nosso companheiro presente dos ceramistas. Então, o que que o povo aqui não quer? Não quer somente que seja Iranduba depósito de lixo de Manaus. Porque tudo que não presta, bandido, rouba, mata e se esconde para cá e vem assaltar aqui. O lixo de lá tem, produzido em Manaus, vem para cá. Então é bom que a gente esclareça ponto a ponto. O que é que isso representa? Então eu quero, não quero emitir neste momento, até porque se eu for omitir, emitir, omitir, emitir opinião, Josué, eu já estou sendo parcial. Então eu estou presidindo a comissão de saneamento básico, vou me inteirar passo a passo. E a partir daí a comissão de saneamento básico vai se manifestar. Porque audiência pública é assim. É dar o direito das pessoas falarem. É o direito do contraditório. Porque a partir do momento que eu não dou o direito do contraditório, eu só tenho uma verdade absoluta, que é a minha. Então a partir do momento em que eu abro o debate, eu abro o momento da gente discutir e buscar o melhor caminho. O melhor caminho é o que seja melhor para toda a população. Eu sempre digo, um negócio é bom quando é bom para todos. Porque se for um negócio desses só para empresário ganhar e deixar as imundícies aqui do lixão, chega o que tem lá pra Manaus, não é verdade? Chega o que tem para Manaus. Então é bom que a gente escute e depois a gente se manifeste. Os órgãos que eu queria agradecer, mas eu queria uma salva de palmas muito bacana mesmo, para os órgãos de fiscalização e controle que estão

aqui. PGE, uma salva de palmas para o PGE, o tribunal de contas do estado, câmara de vereadores, prefeitura de Iranduba, ministério público, né? Todos os órgãos que aqui estão, assembleia legislativa, claro, né, senão... IPAAM e vocês, catadores, a população, porque audiência pública, já finalizando, já finalizando porque eu queria ter uma voz igual a sua, que eu ia ser cantora lírica na escala de Milão. Mas gente, eu queria desejar a todos vocês sucesso, eu vou ouvir, eu vou até ali para baixo que eu creio que vão mostrar ali no telão, eu quero ver que aterro sanitário é esse aí. Porque o Brasil todo precisa. São mais de cinco municípios, cinco mil municípios brasileiros, e poucos, a gente conta nos dedos quantos têm aterro sanitário. O resto é só lixão. Então o lixão só traz doença, não gera riqueza, não gera emprego e renda e só traz um problema de penúria para a população. No mais, gente, podem contar conosco. O que é certo conta comigo, o que é errado, pau neles, tá? Um beijo.

Obrigado, deputado Sinésio Campos. Neste momento veremos, portanto, a palavra do excelentíssimo senhor prefeito municipal de Iranduba, José Augusto Ferraz de Lima.

Bom dia a todos. Quero dizer para vocês que quanto mais vocês me vaim, mais vocês me encorajam de trabalhar e defender, proteger e desenvolver o município de Iranduba. Pessoal, quero externar para vocês que antes de tudo que está acontecendo, já tivemos uma conversa com os representantes do Norte Ambiental e exigimos deles essa audiência. E hoje está acontecendo essa audiência, tivemos várias conversas e nós estamos externando à sociedade Irandubense essa oportunidade de discutir o nosso aterro sanitário provido de habilidade técnica e científica. Podem ter na certeza absoluta que jamais eu brincarei, vou brincar com as esperanças e com a inocência das pessoas. Nós vamos discutir oportunidade para que a gente possa realmente ter um aterro sanitário adequado às nossas exigências sanitárias. Isso é muito importante para nós. Nós estamos discutindo o assunto, nós não estamos dizendo que já vai colocar, nós estamos discutindo o assunto e nós vamos ver todas as vertentes que podem ser benéficas para nós. Poderá ser benéfico para nós. E nós temos que criar um lixão, um lixão que possa trazer benefício não só para o depósito de lixo sólido, resíduo sólido, mas também cuidar das pessoas que cuidam do nosso lixão, que são os nossos catadores. Esses garotos, essas garotas, essas senhoras, esses senhores, eles não têm nenhum tipo de investimento, de recurso no final do ano, ou salário, que eles cuidam do nosso lixão, eles têm que ser reconhecidos, e eu tenho na certeza. Eu tenho na certeza que com nosso trabalho, que nós estamos desenvolvendo dentro do município, criando expectativas melhores, oportunidades melhores, vocês vão ter uma nomenclatura, vocês vão ter oportunidade de ter investimento mês a mês e ganhar sobre a produtividade de vocês. É isso que nós temos que trabalhar. Nós não vamos dizer que nós estamos para fazer aqui do Iranduba um depósito de lixo. Isso não existe, isso não existe para nós. Nós vamos, vamos fazer, vamos discutir a estruturação desse resíduo sólido, onde nós vamos colocar, para que não haja nenhum tipo de proliferação de doenças que venham contaminar o nosso município. E tenham uma certeza, se der certo, que eu tenho muita fé em Deus que dentro dos parâmetros, dentro da técnica, da habilidade técnica, dentro da visão de todos, dos gestores da Norte Ambiental, nós vamos gerar, presta atenção, vamos gerar mais de 300 empregos diretos. 300 empregos diretos. Isso é importante para nós. Se não der certo, nós vamos trazer outras empresas que possam, também, beneficiar esses empregos para nós. Nós estamos construindo o Iranduba, construindo diferente. Nós estamos mudando essa página que hoje encontrei o município de Iranduba, e trazendo, mudando essa página desse álbum, e vamos trazer outro álbum novo para mudar o cenário do município de Iranduba. Acreditem que não estamos montando lixão aqui, agora, não. É uma discussão que nós estamos iniciando, para que a gente possa propagar o nosso município. Nós vamos propagar o nosso município. Eu encontrei o Iranduba com um lixão aberto. É aberto ali, ao céu aberto. Há mais de quantos anos ali é

aberto, que não dá condição nenhuma dos nossos colegas que ali catam lixo, nenhuma, nenhuma segurança eles têm para estar ali todos os dias tirando seu sustento, seu pão de cada dia. Mas tenham uma certeza, se der certo esse processo, esse projeto, ele vai trazer para nós oportunidade econômica e social. E quando o Sinésio fala que nós temos que trabalhar a base, que é a infraestrutura da cidade, é lógico que nós temos que trabalhar a base. É lógico, sem dúvida. Nenhuma casa é feita sem a base. Nós temos que ter base. Sem base não construímos nada, nada, nada sem base nós vamos construir, nada sem base. Então quero dizer para vocês que essa discussão, Sinésio, eu quero dizer para vossa excelência, eu sei do seu compromisso com a comissão de minas e energia, eu sei do seu embasamento, sei da sua proatividade, sei do seu compromisso, sei da sua responsabilidade, sei da sua habilidade técnica porque eu trabalhei com você, eu sei da sua peregrinação, que você faz dentro da assembleia legislativa para hoje estar no cargo que está, representando e desenvolvendo e protegendo o Amazonas. Por isso hoje você está sentado aqui. Mas eu quero dizer para vossa excelência, você está aqui, aqui dentro do município de Iranduba tem um homem, aqui tem um homem para trabalhar e desenvolver o município de Iranduba. Se eu vou fazer certo, eu não sei, mas eu vou tentar fazer certo. Se eu vou acertar, eu não sei. Mas eu quero dizer para vocês que a minha vontade é de acertar e trazer uma qualidade de vida para todos nós. A Norte Ambiental, vamos discutir serenamente, com todos vocês, todos vocês. Vamos discutir, vamos sentar e vamos ver o que é melhor para nós. O que é melhor para nós. Infelizmente, tem uns e outros que tão fazendo, criando esse conflito, mas na nossa habilidade técnica, habilidade humana, nossa resiliência, a nossa habilidade conceitual, nós vamos tirar esses conflitos, vamos trazer oportunidade para o município de Iranduba, tenham a certeza disso. Esse é o nosso compromisso. Estamos com dez meses na gestão do município de Iranduba. Peço a todos vocês irem ver o que está acontecendo no Ariaú. Eu peço para vocês. Há mais de dez anos o município do Ariaú era desprovido de infraestrutura, Sinésio. Vá lá e veja a infraestrutura que está acontecendo no município de Iranduba, dessa mesma forma, ainda vamos tratar o nosso aterro sanitário e todas as oportunidades que possam trazer benefício e qualidade de vida para o município de Iranduba. Vossa excelência me conhece, sabe quem eu sou, e sabe que eu trabalho e eu não vivo fazendo papagaiada e nem mangofe de ninguém, eu quero trabalhar para desenvolver o município de Iranduba, se Deus me permitir e vocês permitirem também. Porque o meu compromisso é este, trabalhar, e o trabalho gerando riqueza e oportunidade, é a educação, é a estrutura, é o pilar de todo o desenvolvimento. É nessa linha que o município de Iranduba vai trabalhar. Parabéns à Norte Ambiental, que fez com que essa audiência esteja acontecendo hoje. Através da nossa conversa, das nossas habilidades técnicas, o nosso feedback que nós tivemos com a Norte Ambiental, hoje está acontecendo essa audiência, e eu não estou brincando, eu não conheço eles, eu só conversei com eles, quero o melhor para o município de Iranduba, eu quero o melhor. Como eu tenho o melhor dentro da minha, casa eu quero o melhor para vocês. E não fiquem pensando que eu tô me beneficiando. Eu quero beneficiar o Iranduba, gente. Eu quero beneficiar Iranduba. Quem vai ganhar com toda essa infraestrutura do nosso, do nosso lixão, que hoje está ali no 6, quem vai ganhar vai ser vocês, porque eu vou cuidar, eu vou proteger, eu vou representar, eu vou desenvolver vocês, porque vocês precisam de carinho, de mimo e de zelo que vocês não têm, nunca tiveram, e vão ter com o prefeito Augusto Ferraz e toda nossa equipe. Parabenizo o sistema: o IPAAM, o TCE, a assembleia legislativa, o conselho do TCE, o conselheiro do TCE, que é o Josué Neto, que eu trabalhei bastante com ele. Ele sabe do meu compromisso com o trabalho e todos nós aqui, que estamos aqui para debater esse assunto de extrema importância e de grande relevância para nossa economia e empregabilidade e para a sociedade que está esperando por dias melhores no nosso município de Iranduba, parabéns a todos.

Obrigado pelas palavras, excelentíssimo senhor prefeito municipal de Iranduba José Augusto Ferraz de Lima. Neste momento desfaz-se a mesa, agradecendo a participação de todas as autoridades que fizeram a composição da mesma, vão começar a partir de agora os trabalhos técnicos. Portanto é só um tempo para que a equipe técnica faça a composição da mesa, e aí vocês vão ter a oportunidade de fazer seus questionamentos, a hora é esta. O microfone está ali embaixo, representantes da IPAAM vai estar aqui, coordenando estes trabalhos. Então tem aí na mesa dos senhores, participantes desta audiência pública um papel para anotações, façam suas perguntas, seus questionamentos. Não esqueçam de se identificar. Pessoal da Norte Ambiental está aqui, que é a grande responsável por esse projeto de implantação do aterro sanitário aqui no município de Iranduba. Quero lembrar aos senhores que este momento agora vai ser o momento técnico, onde os representantes da Norte Ambiental, do IPAAM, de mais órgãos envolvidos nesse projeto vão fazer agora a apresentação do que será esse grande projeto para o município de Iranduba. Na sequência, depois da fala dos técnicos aqui, dos representantes da Norte Ambiental e demais componentes, aí sim os participantes poderão fazer seus questionamentos. Não se preocupem que vocês não vão sair sem respostas. Quero pedir todos muita atenção aí à questão da higiene, do uso de máscara, lavar as mãos, higienizar as mãos, não vamos afrouxar. Vamos ficar atentos, porque não é brincadeira. COVID-19 vem realmente mexendo com toda a sociedade, precisamos ter muita cautela e seguir as recomendações das autoridades sanitárias. Foi o que se preocupou o governo do estado do Amazonas neste grande evento, nesta audiência pública, juntamente com a Norte Ambiental, que é a idealizadora deste projeto de implantação aqui do aterro sanitário no município de Iranduba. Gostaria de pedir atenção de todos neste momento para tomarem seus assentos novamente, para que possamos prosseguir com a audiência pública. Repito: neste momento agora, será a parte técnica deste processo aqui na audiência pública. Eu convido, portanto, e passo a coordenação dos trabalhos a partir de agora para a analista ambiental do IPAAM, Maria do Carmo Neves dos Santos, que já está aqui na nossa mesa, no palco, para presidir os trabalhos técnicos da audiência pública.

Bom dia a todos.

Só antes, presidente, só um lembrete aqui, pedir ao motorista da ambulância que por favor retire o veículo que está atrapalhando a saída de outros veículos aqui na área de estacionamento. Muito obrigado, com a palavra, senhora analista ambiental do IPAAM Maria do Carmo Neves dos Santos.

Bom dia a todos e todas, todos os presentes. Pedirei que todos se assentassem, porque de fato a audiência pública vai se dar início agora. Eu vou fazer aqui uma breve apresentação de como seguirá essa audiência, quais são as regras, o roteiro, qual a nossa programação. Eu peço que por favor coloque o slide. Como vocês sabem, essa audiência pública é produto de um processo de licenciamento ambiental de um empreendimento que, para ser licenciado, se exige o estudo de impacto ambiental. E nós temos o empreendedor, a Norte Ambiental, né, que tá propondo esse empreendimento aqui no município de Iranduba. Pode passar por favor. Pode passar. Tá, pode passar. Pode passar lá para a apresentação mesmo, então assim, pode parar aí. Então o roteiro da audiência pública, gente, vai agora, nós vamos ter daqui a pouco o nosso colega analista ambiental Sérgio de Oliveira, que vai explicar para vocês o passo a passo em relação ao licenciamento ambiental, quais são as etapas, por exemplo, depois da audiência pública, depois da análise do estudo de impacto ambiental, o que que vai acontecer, em seguida nós teremos quinze minutos onde o empreendedor vai dizer o que que é esse empreendimento, qual é a proposta que tá sendo apresentada e, na sequência, os técnicos consultores que elaboraram o

estudo de impacto ambiental vão fazer essa, também, uma apresentação, dizer quais são as principais características, principais aspectos identificados no estudo de impacto ambiental. Nós queremos informar que temos, essa audiência está sendo gravada, filmada e ainda temos dois assessores jurídicos, doutor André e doutora Laise, que estão aqui atrás registrando, são eles que são responsáveis pela elaboração da ata dessa audiência. Depois da apresentação dos técnicos do EIA/Rima, nós vamos ter um intervalo, nesse intervalo, será disponibilizado para vocês aí um questionário formulário onde podem ser feitos os questionamentos, tem uma parte da equipe aí já rodeando, distribuindo o questionário, e aí vocês optam se querem que a pergunta seja lida ou se querem se manifestar pelo microfone. As pessoas que estão nos vendo através do YouTube também vão usar o mesmo formulário, nós aqui vamos ler e responder as perguntas que nos forem feitas. Queremos pedir a compreensão de todos para que respeitem a fala de cada pessoa, as manifestações em contrário, a manifestação em favor, como foi colocado aqui, estamos em um espaço democrático e vamos oportunizar que todas as pessoas possam se manifestar, ok? Então eu chamo meu colega analista ambiental do IPAAM, Sérgio Oliveira, para fazer a demonstração sobre os procedimentos do licenciamento. Aí eu pediria que todos se assentassem, eu sei que está quente, nós temos quase 330 pessoas aqui nesse local, então assim, vamos ter paciência para que nós possamos terminar, concluir né toda essa atividade num tempo hábil e responder a todos os questionamentos que nos forem feitos.

Bom dia, em nome da equipe técnica do IPAAM, mais especialmente em nome da equipe técnica multidisciplinar responsável pela apresentação, pela análise, desculpa, do estudo de impacto ambiental, eu cumprimento a todos presentes e gostaria também de deixar claro que essa apresentação, ela não é uma apresentação que se refere à qualidade do estudo apresentado, mas sim do que que é o IPAAM, do que que é uma audiência pública, do que que é um estudo de impacto ambiental e quais são os passos que nós seguimos até a conclusão desse determinado estudo, ok? Assim eu peço que, só um momento. Então, primeiramente o meu nome é Sérgio Martins de Oliveira, eu sou analista ambiental do IPAAM, sou químico de formação e já trabalho no IPAAM há mais de vinte anos como analista ambiental. Já participei de várias audiências públicas, a gente pode citar por exemplo a questão da audiência referente ao gasoduto Coari-Manaus, a Potássio do Brasil, a construção da ponte que liga Manaus a esse determinado município. Assim como toda a equipe técnica que se faz presente aqui, que também participou desse grupo de análise, desses estudos de impacto ambiental. O IPAAM é um instituto de proteção ambiental do estado do Amazonas. Ele é ainda jovem, tem apenas 25 anos, né, ele é de 95. O IPAAM em 95, ele tinha a função, a obrigação tanto de realizar, de desenvolver a política estadual de meio ambiente, como também a sua execução. No entanto, a partir de 2003, com a criação da secretaria de estado de meio ambiente, o IPAAM deixa de ser o formulador da política estadual de meio ambiente, que passa à secretaria de estado de meio ambiente, e o órgão fica apenas com a questão da execução da política estadual de, com a política estadual de meio ambiente. E o que que é essa política estadual de meio ambiente? A política estadual do meio ambiente, ela compreende a execução das tarefas de controle ambiental dentro do estado. E esse controle ambiental, ele se restringe a três funções que são o licenciamento ambiental, a fiscalização e a realização do monitoramento dessas determinadas atividades que se utilizam dos recursos naturais e, obviamente, se utilizando dos recursos naturais, elas vão necessariamente causar algum determinado impacto que pode, impacto ambiental que pode ser de natureza leve, de natureza média ou grande. Por que que nós exigimos essa questão do estudo de impacto ambiental, ou EIA/Rima? Existe regulamentos, existe legislações específicas, existem portarias, existem resoluções que nos remetem justamente à exigência desse determinado estudo. A resolução CONAMA, número 01, ela

aborda ali todos os procedimentos que nós devemos ter relacionado a determinadas atividades que são merecedoras da exigência de estudo de impacto ambiental. Nesse caso específico, essa atividade aterro sanitário, ela é uma das atividades na qual nós obrigatoriamente temos que exigir o estudo de impacto ambiental e seu respectivo relatório de impacto ambiental. E toda atividade à qual se submete a EIA, a exigência de EIA/Rima, é necessário se realizar audiência pública. E essa audiência pública, ela é convocada pelo IPAAM da seguinte maneira, gente. O interessado, ele protocola esses documentos na qual ele, ali, identifica-se com qual atividade ele quer lidar e, a partir dessa identificação, a equipe técnica constituída por uma determinada portaria irá realizar a elaboração, irá elaborar a realização, só um momentinho, a realização da elaboração do termo de referência. Esse termo de referência, ele é realizado de comum acordo com a parte interessada, no caso a empresa que irá desenvolver esse determinado projeto. Então, ao solicitar essa licença, nós nos reunimos, elaboramos um termo de referência, esse termo de referência nada mais é do que uma espécie de receita de bolo, na qual nós vamos fazer as exigências inerentes a aquela situação, aquele empreendimento e aquela localização desse determinado empreendimento. O que deve constar no EIA/Rima? No EIA/Rima, o estudo de impacto ambiental e o relatório de impacto ambiental, ele deve constar as seguintes informações. As informações gerais, que correspondem obviamente que a questão de identificação do empreendimento, a caracterização do empreendimento, a área de influência desse determinado empreendimento, isso daí é importante, por exemplo, nós atentarmos e, principalmente as pessoas que moram no entorno de onde esse empreendimento irá funcionar, porque todo e qualquer levantamento que for feito nessa determinada área tem que, justamente, retratar a situação de como ela se encontra hoje, como ela se encontra atualmente, para que depois a gente possa, eles possam elaborar um prognóstico, ou seja, do que poderá acontecer caso esse empreendimento, ele se estabeleça, e quais são as medidas mitigadoras. O que são as medidas mitigadoras? São aquelas medidas que vão atenuar os impactos ambientais oriundos dessa determinada atividade, tá? Seguindo esse estudo, há de se realizar o diagnóstico ambiental, o prognóstico ambiental, repito, o diagnóstico ambiental nada mais é do que você caracterizar, identificar toda a situação de como esse ambiente se encontra, o prognóstico vai justamente trazer quais são os possíveis impactos decorrentes da implantação desse empreendimento. É necessário para isso também que façamos a análise desses impactos ambientais, identificando-os, analisando né e, acima de tudo, verificando a possibilidade de existência ou não desses determinados impactos conforme a sua magnitude. É necessário também que façam, que se apresente as medidas mitigadoras. O que é que são essas medidas mitigadoras? São justamente as medidas que deverão ser adotadas no sentido de minimizar esses impactos ambientais, tanto ao solo quanto ao ar, quanto à água, quanto às pessoas que vivem nas proximidades de onde se pretende implantar esse empreendimento. Além dessas medidas mitigadoras, é necessário a apresentação, é necessário que o empreendimento apresente os programas que serão, que serão desenvolvidos e, respectivamente, as suas responsabilidades quanto à execução desses determinados programas. Esses programas, eles são, geralmente, constituídos de programas que visam a minimizar os impactos ambientais, mas, acima de tudo, para que possa se compensar os impactos ambientais que muitas vezes são irreversíveis nesse determinado contexto, nesse tipo de atividade. Como é que ocorre o licenciamento ambiental no órgão? Primeiro você faz a abertura desse determinado processo, elabora-se o termo de referência, faz-se a solicitação da licença prévia, aí por ocasião da solicitação da licença prévia, ocorre a apresentação do estudo de impacto ambiental. O órgão ambiental, no caso o IPAAM, ele tem cinco dias para dar o aceite desse determinado estudo. O que leva-se em consideração nesse determinado aceite? Se esse estudo foi desenvolvido conforme o termo de referência elaborado de forma conjunta pelo IPAAM e empreendedor.

Depois, realiza-se a audiência pública, que é o que nós estamos fazendo aqui e, posteriormente, nós fazemos a conclusão da análise técnica desse determinado estudo, através de uma decisão técnica da equipe do IPAAM. É necessário que fique bem claro, também, que todas as informações que são colhidas em audiência pública, ou informações que são encaminhadas ao IPAAM, todas essas determinadas informações, nós, a nossa equipe técnica, ela irá fazer uma análise e, tendo obviamente que um sentido de aperfeiçoamento do projeto ou de qualquer instrumento apresentado, a gente possa, obviamente, acatar ou não. Gente, era isso que o IPAAM tinha que apresentar, informo ainda também que após essa audiência pública, nós temos um prazo de até trinta dias para se manifestar tecnicamente. Obrigado a todos.

Oi, tá dando para ouvir aí atrás? Eu chamo o representante da empresa Norte Ambiental para fazer a apresentação do empreendimento.

Bom, em primeiro lugar, bom dia a todos. Eu gostaria de saudar a comunidade, saudar os catadores, saudar os vereadores indistintamente, todos os treze que compõem a câmara municipal de Iranduba, saudar o corpo administrativo municipal, os senhores secretários, o senhor prefeito. Saudar a eminente representante do Ministério público, doutora Daniele, Doutor Alberto Júnior, Alberto Nascimento e saudar os representantes dos órgãos, das autoridades, das associações, doutor Jordano, senhores e senhoras. Acima de tudo, a comunidade, como um todo. Os senhores representantes de loteamento, corretores, saibam que a Norte Ambiental é uma empresa comprometida com o meio ambiente. Busca incessantemente novas tecnologias, novas formas de fazer com o único intuito de fazer melhor e fazer bem feito. Quando nós pensamos em um aterro sanitário, é porque nós entendemos a necessidade das populações, não só das populações do norte do Brasil, vejam bem. Aqui mesmo em Iranduba, a cidade tem um problema que precisa ser resolvido, que é a área lá do 26, do ramal. Desculpa, Cristina me corrigiu, do quilômetro 6. Tem também uma quantidade infinita de loteamentos sendo lançados. Tem loteamentos de vários dos senhores, senhor Farias e senhores outros aí, que têm loteamento. E esses loteamentos, com toda a certeza, geram resíduos, e esses resíduos, como bem falou há pouco o deputado Sinésio aqui, eles não podem ser ignorados. E nós não estamos aqui, a Norte Ambiental, comprometida com o projeto sério, com embasamento técnico, ela está comprometida em dar uma destinação correta para os resíduos. Então saibam que todos terão o nosso compromisso. Senhores vereadores, senhores munícipes, senhores catadores, senhores moradores das comunidades, senhores representantes dos loteamentos. Nós faremos o melhor. Nós iremos lutar, com todas as forças, para atender as demandas da sociedade. Nós temos que ter responsabilidades para dar uma destinação correta aos resíduos, mas eu vou passar a palavra à área técnica, a Cristina, que é nossa gestora operacional, engenheira química, que vai estar iniciando o trabalho técnico de explicação do empreendimento. Muito obrigado a todos.

Pessoal, o meu bom dia a todos, queria agradecer a presença de todo mundo. Queria falar um pouquinho sobre a proposta que a gente quer apresentar para vocês, como o seu Sérgio falou, eu sou Cristina, trabalho na Norte Ambiental há cinco anos, sou engenheira química. Hoje sou uma das gestoras que a Norte Ambiental possui. Nós passamos a existir dentro de Iranduba, nós estamos lá desde 2011 e a gente passou a existir a partir da necessidade de mudar, da necessidade de mudança, da necessidade de melhoria que a gente enxergava, a partir disso, a gente começou a propor destino correto para os resíduos de serviço de saúde. Então hoje nós temos aí quase dez anos nessa toada de cuidar dos resíduos de serviço de saúde. Mas o tempo passou, vou ver se eu consigo passar o meu slide, tá aqui. E a gente começou a desenvolver serviços não só em Iranduba. A gente começou a ir para outras cidades, a gente começou a ir

para outros estados, mostrando essas soluções e trazendo para as cidades um conforto maior em relação aos resíduos de serviço de saúde. Chegou o momento em que a gente começou a enxergar que a gente podia alçar voos mais longos, mais uma vez movido por essa necessidade, a gente tá vendo que a sociedade precisa de uma solução. E hoje a gente tá entrando então com a solução para o resíduo sólido urbano, o RSU. Esse é o nosso objetivo. Os problemas são muito grandes, né, existem aí vários e vários estudos que a gente pode procurar, muitas pessoas que estudam, pesquisam quantidade de resíduo, quantidade de lixo que as pessoas acabam gerando dentro das suas casas. Hoje, a gente vai trabalhar aí com uma média de um quilo por dia, mais ou menos, de quantidade de lixo que a gente gera, a gente nem enxerga isso, mas é o que a gente gera. E ao longo de uma vida, se eu for pensar aí que, em média, eu vou viver 75 anos, eu tô falando de 27 toneladas. Só eu. Essas 27 toneladas vão para onde? Hoje, elas vão indo para céu aberto. Hoje, elas vão indo para algum lugar onde tá infiltrando, onde alguém vai beber água ali do lado e essa água tá contaminada, e assim por diante. Essa é a realidade que nós temos hoje no norte do Brasil. Eu queria passar um vídeo. Um vídeo para vocês, só para vocês darem uma olhadinha. Isso é aqui no estado do Amazonas, vamos ver se eu consigo rodar o vídeo. Consigo? Tá aí. Então... Não sei se vocês conseguem ver bem o meu, são imagens. São imagens, então de um aterro, desculpa, de um lixão, que é o que nós temos hoje, infelizmente, no nosso estado. Então a gente queria mostrar para vocês, essa é a realidade hoje que nós temos. A nossa ideia é mudar isso. Eu acredito que a gente tenha enxergado, aí com a pandemia, eu trouxe uns dados da OMS, a OMS traz um dado para a gente que se um dólar bem aplicado na gestão de resíduos, a gente consegue diminuir lá na frente, lá com a saúde das pessoas, quatro dólares. Então é isso que a gente quer fazer. A gente quer investir bem no cuidado com esse resíduo para, depois, lá na frente, economizar na saúde. Esse é o nosso objetivo. Eu acho que a pandemia trouxe para a gente um reflexo de que a natureza vai cobrar conta de tudo errado que a gente tem feito. Portanto a gente tem que mudar. A gente tem que apresentar as alternativas para que essa mudança seja possível. Em 2010, já foi citado aqui por várias pessoas, finalmente, depois de longos vinte anos, o governo federal conseguiu trazer uma legislação para a gente, a política nacional de resíduos, a lei 12.305, e ela trouxe ali que em quatro anos, a gente deveria dar uma solução para a gestão desse resíduo sólido, mas infelizmente não aconteceu. Agora em 2020, nós tivemos a promulgação aí do novo marco de saneamento, mais uma vez propondo, solicitando, fazendo uma lei, dizendo que a gente precisa acabar com os lixões. Hoje, a gente está falando de 60% dos municípios brasileiros com lixões. Isso quer dizer que a gente tá expondo, aí, pelo menos 42 milhões de pessoas, que a gente não trata o lixo. Lembra que eu falei lá no início, 27 toneladas em uma vida de uma pessoa? Vezes esses 42 milhões aí, quanto de lixo eu tô falando? É muita coisa. Queria encerrar minha fala, vou apresentar meu time, mas queria encerrar minha fala mostrando para vocês algumas soluções que existem no Brasil, algumas soluções que já existem no país, já foram implantadas, são aterros de sucesso, queria mostrar para vocês o aterro de Santo André, antes lixão, hoje aterro. Temos aí o aterro do Rio de Janeiro, também era um lixão e a gente conseguiu uma área e desenvolveu um estudo e desenvolveu um trabalho e hoje nós temos um aterro. Da mesma maneira, em Brasília, ainda é um aterro mais novo. Eu tenho aí aterro na grande Porto Alegre, mais uma vez, era um lixão, desenvolveu-se uma área, desenvolveram-se estudos e implantou-se um aterro sanitário. Então vou apresentar o meu time, o time das pessoas que fizeram todos os estudos, que conduziram todos os estudos para a gente, nós temos duas empresas que nos ampararam aí e nos dão subsídio para dizer que é uma obra de engenharia, que é uma obra segura. Essas pessoas são especialistas no que fazem e a gente vem aqui, então, mais uma vez apresentar o nosso empreendimento, que vem como solução para o destino desse lixo. Solução para destinação desse lixo. Hoje, um problema, mas a gente quer que essa situação mude. Da equipe Piatam, eu

tenho o professor Carlos Freitas, é engenheiro de pesca, ele é doutor em ciências de engenharia ambiental, professor Alexandre Rivas, engenheiro de pesca, doutor em economia ambiental, tenho a Suzy, engenheira florestal, ela é doutora em geociências a Sheila, engenheira florestal, mestre em ciências florestais e ambientais, a Pilar, ciências biológicas, doutorado em ecologia, a Marília, ciências econômicas, doutorado em economia, a Rosana, ela é economista e tem mestrado em economia também. Agora vou pro meu segundo time, meu time Resitec. Camila, engenheira civil, pós graduada em gestão ambiental, Paulo Tobiezi, biólogo, tecnólogo em saneamento ambiental e pós graduado em engenharia sanitária, José Aurélio, engenheiro florestal e especialista em gestão dos recursos naturais, e o Bruno, geólogo e mestre em ciências, além de ser doutor em geologia. Todos esses estão presentes, mas quem fez os estudos foram muito, muito além dessas pessoas, desses times que estão representados hoje aqui. Então a gente tem um time aí, eu posso falar, pelo menos umas 60 pessoas fizeram esses estudos para a gente. Todas com um alto gabarito, todas especialistas na área, e a gente tá aqui hoje então para apresentar o resultado desses estudos, para apresentar o resultado desses trabalhos e para ouvir todos os questionamentos e as sugestões que vocês têm para nos dar. Muito obrigada, peço para o IPAAM então dar continuidade, muito obrigada ao time Norte Ambiental, muito obrigado ao seu Sérgio por dar essa oportunidade para a gente e melhorar a vida do Amazonas, porque é assim que eu enxergo o projeto. Obrigada.

Chamo agora a equipe que elaborou o estudo de impacto ambiental para fazer a apresentação do estudo, ok?

Alô. É, bom dia a todos, meu nome é Paulo Tobiezi, eu sou o coordenador da equipe que executou os projetos do aterro sanitário e suas, e as suas, e as suas tecnologias desenvolvidas. Eu vou tentar ser o mais conciso o possível e, esse sistema que chama Sistema de tratamento e destinação de resíduos de Iranduba é um empreendimento de caráter regional, de responsabilidade da Norte Ambiental LTDA., e ele visa atender o município de Iranduba e os municípios da região metropolitana de Manaus. E ele vai ser composto, eu vou demonstrar quase todas elas aqui, com um aterro sanitário, destinado a resíduos sólidos urbanos, que são todos os resíduos gerados, desde varrição, coleta de resíduos, para essa, somente resíduos classe 2. Não virão para esse empreendimento resíduos classe 1, que são considerados perigosos. Fazendo parte desse estudo, definido o município de Iranduba como receptor do empreendimento, nós fizemos um estudo de alternativas locais, que é demonstrado aqui nessa foto, e nós selecionamos inicialmente cinco áreas, levando em consideração proximidade de rodovias, proximidade de comunidades, facilidade de locomoção, não só para os resíduos, como para as pessoas que trabalham no local, e a opção final dentro do sistema das quatro áreas foi pela área 1, que é ali no quilômetro 20 da AM-070.

Essa área um, ela tem uma área de cento e trinta, um milhão e meio de metros quadrados aproximadamente e nós utilizamos exatamente vinte por cento dela, um pouco menos, para a implantação do empreendimento, deixando todo o restante como reserva legal. Se vocês verem aí a localização dela em relação à AM-070, ela ali em vermelho no canto esquerdo ali, canto direito.

Essa área em laranja é exatamente a área dos quatrocentos mil metros quadrados que será desenvolvido o aterro. Então ele foi destinado nesse ponto. Porque escolheram esse, né.

Então nós temos hoje o empreendimento, a área do aterro, que é essa área maior aqui. Vocês veem essa área aqui, são as camadas de lixo. Aqui tem todo o sistema de instalações de apoio,

tá certo? Aí o sistema de tratamento de chorume e o sistema de produção de energia para biogás, ok?

Aqui vocês veem já em resumo as instalações de apoio: Guarita, balança, escritório, os vestiários, auditório, oficinas, sistema de abastecimento de combustível, né, para as máquinas e equipamentos que são gerados lá, e o sistema de tratamento de chorume, ok?

Esse aterro sanitário foi desenvolvido por ter caráter regional para receber em torno de três mil toneladas de resíduo diárias. Resíduos sólidos urbanos e industriais classe dois A e B. Em se estabelecendo essa quantidade, esse é um aterro com vida útil superior a 20 anos.

Um aterro sanitário difere muito de lixões exatamente pelo seu preparo, pelo desenvolvimento de um projeto de engenharia. E o que nós fizemos foi exatamente isso, tomar cuidado com os meios que podem ser poluídos. Meios físicos, água subterrânea, o que eu faço num projeto para que ela não venha a ser contaminada? Águas superficiais, o mesmo procedimento: que cuidados eu vou ter? Emissão de gases que causam efeito estufa, como o gás metano H₂S: O que eu faço para controla-los e não causar esse tipo de poluição?

Então aí está. O primeiro deles é a preocupação com o aquífero subterrâneo, com a água subterrânea. Então nós tomamos um cuidado muito grande adotando três tipos de impermeabilizações para o projeto. Uma impermeabilização inferior de fundo do aterro, uma impermeabilização lateral de taludes do corte de terra, vai ser escavado uma cava muito grande e essa terra é reservada para depois a cobertura do lixo, cobertura de área. E a impermeabilização final, à medida que for encerrando o aterro, nós impermeabilizamos a parte superior e depois plantio de grama.

Essa impermeabilização ali no detalhe um de fundo, você vê o seguinte. Nós escolhemos obviamente a área mais alta do terreno, em que o lençol freático está em profundidade superior a 30 metros, então a superfície do terreno até encontrar água, e nós não encontramos, está abaixo de 30 metros de profundidade.

Com isso nós vamos escavar 10 metros, reservar essa terra e iniciar a impermeabilização, que vai ser composta de 60 cm de solo compactado com uma impermeabilização forte em solo e bentonita, que deixa o terreno bastante impermeável. Depois disso nós temos uma manta bentonítica, que é uma manta de argila pura que é colocado sobre esse solo que também dá um tempo de retenção de qualquer vazamento para que não caminhe esse chorume.

Depois uma manta de polietileno de alta densidade, de 2,5 milímetros. Para vocês terem ideia é a manta mais grossa possível para aplicar num aterro, porque em um aterro ela tem dobraduras e ela é capaz, mais grossa que isso não é possível. Isso é a impermeabilização interior. A impermeabilização lateral só muda no sistema de drenagem. É a mesma coisa, não tenho 60 cm de solo porque eu não consigo fazer isso em um talude.

A impermeabilização do topo do aterro depois que ele termina, nós aplicamos uma camada de solo contaminado de 60 cm e depois o restante em solo vegetal, solo vegetal para aceitar o plantio de grama, e isso acontecer.

Bom, gente, eu vou mostrar para vocês, tentar mais ou menos colocar e vai ficar ali à disposição naquela primeira mesa, eu vou pedir que a Camila pegue aqui para mim naquela mesa no canto direito o que são esses materiais. Mantas, geogrelha, manda bentonítica, para que vocês consigam entender a qualidade desse processo. A intenção era mostrar aqui mas é preferível que vocês toquem e entendam o que é esse material.

Eu vou mostrar aqui para vocês um exemplo de um aterro que é um projeto nosso e que foi desenvolvido recentemente. Essa obra terminou tem um ano, e atende os mesmos critérios daquela que nós estamos pretendendo implantar aqui em Iranduba. Se vocês notarem, depois de escavados os taludes, nós iniciamos a colocação da manta com esse pó branco que é a bentonita, é uma argila.

Nós misturamos ela com solo, camada de 30 cm, e controlamos a compactação para que ela fique impermeável. É como se fosse fazer um tijolo de argila, de barro. Aí você aplica água e vai controlando, compacta com as máquinas e consegue. Cada camada de 30 cm vira 20, então por 60 cm de projeto eu preciso de 3 camadas, então aí demonstrando a primeira impermeabilização no fundo do aterro.

A segunda camada na foto do lado esquerdo, direito de vocês, é a colocação da manta de PEAD. Então isso impermeabiliza 100% o aterro, não há vazamento nenhum de líquidos para o solo e elimina qualquer possibilidade de infiltração do chorume e contaminação da água subterrânea. A segunda colocação que é a manta geotêxtil, vocês vão ver, é uma proteção dessa manta de PEAD para que eu venha aí com o sistema de drenagem de chorume. Ou seja, o chorume gerado pela biodegradação ou pela precipitação pluviométrica, ela é drenada e levada para tratamento através do sistema que eu vou demonstrar aqui.

Esse sistema tem 10cm de pó, pó de pedra ou areia, que protege a manta e depois uma camada maior de material drenante: Brita, pneu em pedaços, o que foi possível para trabalhar aqui. É onde o chorume vai ser drenado e depois bombeado. O sistema de bombeamento é projetado em um canal no pé de algum talude que a gente faz com uma inclinação e é captado.

Para vocês terem uma ideia, tá aí uma demonstração. Essa é a tubulação de captação de chorume que vai bombear por sistema de tratamento. Ele percorre ali o "T" (02:09:38), ele percorre toda a lateral do aterro. O líquido entra, esse tubo é perfurado e nós succionamos com bomba. Aí para vocês terem uma ideia já do sistema implantado com três tubulações de sucção, sendo preparado ali naqueles blocos de concreto o sistema de condução da tubulação de sucção que vai pro tratamento. Para vocês terem uma ideia, tá aí ela implantada, então o que sai dali emenda na tubulação, um tubo mais grosso que puxa de dentro do aterro e joga nessa tubulação e vai pro tratamento.

Então a parte de chorume e impermeabilização, nós conseguimos resolver esse problema nessa forma. Três camadas de impermeabilização no fundo e um sistema de drenagem que garante que não vai ficar chorume dentro do lixo. Então o lixo vai estar seco.

Outro problema que nós temos no aterro é a biodegradação da fase orgânica do lixo. Essa fase orgânica quando biodegrada, ela gera gases, e a decomposição anaeróbica gera metano. O metano é inflamável e tem que ser retirado. Então para vocês terem uma ideia, quando estão aqui esses dois homens, é construído na base do aterro ainda antes de jogar o lixo uma base de concreto e daqui nasce a drenagem de gás. Então é um tubo feito com malha de ferro em que eu encho de água e uma tubulação de PEAD têxtil. Por que esse tipo de tubo? A drenagem é feita na parte de pedra e o tubo é para conduzir o gás até o sistema de tratamento e posterior utilização para geração de energia. Esse aqui é uma drenagem clássica para vocês entenderem que ele parte lá da parte baixa do aterro e sobe ao longo de todas as camadas. À medida que o lixo vai criando as camadas ele vai lá até o final. Isso daqui até que gere um sistema de geração de energia, esse é um tipo de flair para queima dos gases. Esses gases são 20 e poucas vezes maiores na geração de efeito estufa que o CO₂.

Isso aqui para vocês entenderem, isso é um aterro que nós fizemos o projeto também, e que isso aqui a gente chama de árvore de drenagem. Cada ponta dessas linhas vermelhas é um tubo de gás. Ele é succionado, leva para essa parte e depois é encaminhado aqui para o sistema de purificação e geração de energia. São motores que são propélidos por esse gás, um motor a gás, que nós dominamos a tecnologia já no Brasil, e gera energia. Gira um dínamo, e o dínamo gera energia. Você pluga na rede e manda em frente.

Bom gente, a questão de drenagem de águas de chuva para cá é extremamente importante porque todas as águas limpas que possam cair dentro do aterro nós temos que tirar. E as que incidem sobre as áreas que já foram concluídas, como mostra aqui, elas têm que ser tiradas fora. São águas limpas, então caindo sobre a impermeabilização superior, embaixo disso é lixo, mas elas têm que ser drenadas. Têm que ser drenadas como água limpa e têm que ser conduzidas para a parte de baixo do terreno sem causar erosão, sem causar maiores problemas à jusante na parte baixa do aterro.

Esse é o projeto. O projeto é uma grande medida mitigadora, ou seja, medida que eu usei para colocar naquela área e não poluir. Então a intenção do projeto é a não-poluição. Então esse é o formato. Pra chegar nesse nível de projeto, nós fizemos todo o estudo de impacto ambiental, ou seja, o diagnóstico da área dos três meios. O meio físico, solo, água e ar; o meio biótico, fauna e flora; e o meio antrópico, que é população e a sociedade, vamos dizer assim, civil organizada ou não.

Pro meio físico, solo, nós adotamos dois tipos de estudo. Um feito com sondagens, que é um método direto, e o outro feito com sondagem mecânica e sondagens elétricas verticais e encaminhamento elétrico. Esse é um processo indireto para saber a profundidade do lençol, o tipo de solo que tem. E depois coletamos esse solo e mandamos para laboratórios de universidades para fazer uma série de estudos sobre a qualidade do solo. Se vocês notarem aqui, vou ver se consigo dar um "zoom", esse solo natural já tem $1,6 \times 10^{-6}$ cm/segundo. Isso é um número que quer dizer assim: A cada metro de solo, qualquer água para passar a 1,6 demora um ano, quase um ano, 0,8, mais ou menos. Se eu tenho 20 metros de solo natural, eu vou ter próximo de 15 anos se vazarem um chorume daquelas 3 impermeabilizações, ele ainda levaria 20 anos para vazarem esses 20 metros. Então a gente ficou muito tranquilo na escolha da área, principalmente na questão geológica, geotécnica.

Aí está uma demonstração dos caminhos elétricos que a gente fez, mais as sondagens para vocês entenderem, para vocês verem a parte azul são as partes baixas do nosso terreno e fora dele, que é onde tem os cursos de água. Então onde a água é aflorante. E as partes mais vermelhas são as partes altas, e é onde nós colocamos nosso empreendimento, aqui nessa parte aqui Ok?

Esse então é o estudo do porquê dessa delimitação, tá certo? Esse é o perfil geológico que foi traçado dentro da área para estabelecer a presença de água superior a 25 metros. Estas aqui são os pontos que nós coletamos água subterrânea e água superficial para constituir o que a gente chama de "branco de campo", é o branco. É a qualidade da água antes de jogar o primeiro quilo de resíduo no local. Essa, água além dos atendimentos às legislações federais e estaduais, a gente tem que atender o branco local, ou seja, como é que era a qualidade dessas águas antes de implantarmos o aterro sanitário no local. Então nós fornecemos isso, isso consta no EIA, e é um balizador pro órgão ambiental estabelecer o formato.

Deu algum problema aqui. Ok, só aguardar um pouquinho o sinal.

Então essas são as... Tem uma tela sua ali né. Não, tem uma tela preta ali. Tá aparecendo embaixo? Ah ok, beleza.

Então, se vocês olharem nossas áreas, essa é a área em amarelo, os corpos de águas superficiais todos têm as APPs, as áreas de preservação permanentes em laranja ao entorno do córrego (02:18:46) e, nas cabeceiras, cinquenta metros. Então na nascente a preservação é cinquenta metros e nas laterais, 30 metros de cada lado do córrego foram totalmente preservados, ok?

Dentro de uma medida compensatória nossa na utilização, essa área em verde menor é uma área em que nós vamos fazer uma recomposição vegetal com plantio de mudas, que essa é uma área que já teve intervenção antrópica, então nós teremos que tentar melhorar isso para uma mata melhor.

A outra coisa foi o meio biótico, fauna, em que foram levantados aí por biólogos de diversas especialidades né, mastofauna, avifauna, répteis, anurofauna, artrópodes, todos entram aí em campo para fazer esse levantamento. E também aí o diagnóstico do meio antrópico, levantando as questões, a questão de arqueologia, nós levamos muito em consideração.

Uma delas que é muito restritiva para aterro sanitário por causa de perigo aviário, vamos dizer assim, que é a proximidade com aeroporto. Hoje a legislação é, de 0 a 10 não permite aterro e de 10 a 20 tem que ter permissão do comando aéreo. Então a linha vermelha é cinco km, a linha amarela é 10 e a linha laranja é 20 km. Nossa área está fora de qualquer raio de aproximação de aeroportos, então isso também foi levado em consideração.

O parecer do IPHAN, nós já passamos por todas as fases, tá certo, inclusive a emissão do parecer final está concluída. Então a questão de arqueologia para a área já é, como se diz, tá aí o parecer do IPHAN que permite ao órgão ambiental o prosseguimento do licenciamento no que se refere à arqueologia local.

Uma das coisas que a gente também se preocupa, tem um levantamento que a gente conseguiu aqui na Universidade Federal que é o problema de transporte. Esse levantamento mostra uma quantidade de veículos em torno aqui da AM-070 de 10, 11 mil veículos por dia. No máximo do nosso recebimento de resíduos, nós estaremos acrescentando 250 viagens por dia, está certo? Então é bastante pequeno, em torno de 2% no processo.

O outro item que vem no termo de referência obrigatório pelo IPAAM é a avaliação dos impactos ambientais. Então nós identificamos todos, tabelamos, numeramos, atribuímos pontuação para esses impactos, tá certo, quer naqueles da implantação, quer nos da operação e quer após o fechamento do aterro. Um aterro sanitário hoje, a gente vai procurar esticar essa vida útil dela ao máximo. Para isso, toda a tecnologia que vier que atenda o plano nacional, que é triagem, reciclagem, outros sistemas que diminuam quantidade de volumes que se destinem aterro, elas serão licenciadas no órgão ambiental.

Então à medida que surgirem, nós vamos implantar. Porque após o fechamento do aterro, não couber mais um quilo de lixo lá, nós temos uma obrigatoriedade de monitoramento posterior bastante grande. Temos que demonstrar que ele mesmo depois de fechado, ele não vai poluir. Então, e aí também os planos e programas de compensações ambientais, tanto pros três meios, físico, biótico e antrópico.

Então nós colocamos aí gerenciamento de risco ambiental pro meio físico, gestão ambiental das obras, medidas de controle de erosão, o monitoramento ambiental e geotécnico, ou seja, coleta

da água subterrânea, coleta de água superficial. Então essa é a intenção nossa, de deixar um sistema que você tenha como avaliar se está poluindo ou não.

Monitoramento de odor com geração a partir de biogás. Quando tivermos geração de energia, como o gás é todo succionado, não vamos ter problema de odor nenhum nesse caso. O reflorestamento do meio biótico, vai haver sempre monitoramento de fauna, existe uma pressão antrópica naquela área muito grande e com a presença do empreendimento essa pressão vai ser diminuída porque vai ter gente dentro da área. Recuperação paisagística e atendimento à lei do sistema nacional de unidades de conservação. E no meio antrópico, comunicação social, treinamento e capacitação de mão de obra, redução e reciclagem de resíduos sólidos, prospecção e resgate arqueológico se necessário e educação ambiental de um modo geral.

As ferramentas de comunicação principalmente a gente gosta de mostrar que é o programa "De Portas Abertas". Isso é feito com universidades, com escolas municipais, o sistema é aberto para a educação ambiental. Comunicação de sistemas de gestão ambiental, eventos, cursos e informativos.

Como eu disse para vocês, o monitoramento é mantido por 20 anos após o encerramento, né, e o uso futuro dessa área em função desse longo período de monitoramento e vai ter produção de gás etc, não há possibilidade de utilização que muitas vezes se ouvem falar aí como parques e etc. Nós temos estruturas lá que não permitem a utilização deles por crianças, por pessoas etc. Então é um processo muito cuidadoso que a gente diz que será uma área para contemplação apenas e reflorestar.

A gente está colocando como vantagens do empreendimento a disposição adequada dos resíduos que é o objetivo maior, a minimização de problemas de ordem ambiental, que são as poluições. A solução de resíduos gerados para indústria se torna um grande atrativo para indústrias, pro município, porque eles vão ter perto deles uma solução para os seus resíduos classe 2, obviamente.

Uma eficiência de logística, ele é bem próximo da rodovia, e vai com certeza ajudar o crescimento econômico da prefeitura, do município, quer com a geração de empregos, quer com a geração de impostos. O ISS que deve gerar um empreendimento desse porte é bastante interessante para o município. E obviamente gerar sustentabilidade ambiental para todos.

Muito obrigado, estou à disposição de vocês para questionamentos que houver. Obrigado. (Aplausos)

Muito bem, senhoras e senhores. Feitas as apresentações pelos técnicos, os órgãos responsáveis aqui para melhor esclarecimento a todos os participantes, nós vamos dar um pequeno intervalo de quinze minutos, de acordo com a coordenação.

Não, mas não é agora, vai ter um intervalo.

É, é uma audiência, vai ter só um intervalo e aí já virá os questionamentos.

Um intervalo pro lanche. Me ajude aqui, dona.

Oi, qual é a sua (inaudível) 02:27:49. Pessoal, nós programamos de ter agora 15 minutos de intervalo que é a oportunidade para fazerem as perguntas quem ainda não fez. Nós temos várias perguntas já elaboradas aqui, mas tem pessoas que assistiram e agora devem ter perguntas e, ao mesmo tempo, fazer um lanche ali.

[Alternadamente com sobreposição]

Aí eu tenho que ver se todas as pessoas presentes têm a mesma proposta, a gente tá tendo uma proposta aqui para não haver intervalo e seguir direto. Isso é consenso aí? Todos querem dessa forma?

Querem, portanto, que siga, que prossiga, é isso? Ou não? Olha, me parece que não há um consenso, então assim, é preciso seguir o cronograma aqui do que foi estabelecido.

Não, ainda não está na hora, a gente vai, nós vamos.

A gente explicou no início aqui exatamente isso, que teria uma apresentação e depois da apresentação haveria o questionamento dos senhores participantes.

Mas o senhor vai ter a oportunidade de falar, a gente precisa ver se as outras pessoas, são 12 horas, a gente quer fazer 02:29:26. Porque aí você tem uma ordem a audiência.

É já está sendo servido ali. Pessoal, eu sei que há convergências aqui, mas a gente precisa seguir o cronograma que foi estabelecido pela coordenação do evento com todos os órgãos envolvidos.

Nós vamos dar oportunidade para que todos presentes que fizerem questionamentos, o senhor por favor, todo mundo vai poder ministrar essas perguntas aí.

Não se preocupem que, no retorno, no retorno você terá sua voz, sua vez de fazer o seu questionamento.

Pessoal, quinze minutos de intervalo então pelo que eu entendi tá ok? Todas as coisas, essas informações, o que está sendo colocado, tá tudo sendo colocado em ata, tá Ok? Tá sendo gravado, tá sendo filmado. Nós precisamos dar oportunidade para as pessoas se manifestarem, quem quiser fazer questionamentos.

É rapidinho, é quinze minutos só. É bem rapidinho. Obrigado aí pela compreensão. É rapidinho.

Então vamos lembrar aqui enquanto as pessoas estão ali fazendo um lanche, os questionamentos serão por escrito pelos participantes presenciais. Isso foi dito no início aqui da audiência pública a partir do preenchimento do formulário próprio que está sendo distribuído aí pela equipe do cerimonial da Norte Ambiental e do IPAAM também. Está sendo distribuído aos presentes, tanto para formulação de perguntas por escrito quanto aos questionamentos com uso do microfone. Serão recebidos os questionamentos via online também dos participantes remotos pelo canal YouTube. Os questionamentos, as críticas, sugestões, as dúvidas deverão ser encaminhadas até o final do intervalo.

Esclarecendo que os questionamentos eles vão ser por escrito, as pessoas vão poder se identificar, vão estar escritos, mas podem se manifestar aqui pelo microfone, ok?

Essa é exatamente a proposta da audiência pública, de ouvir e tirar essas dúvidas. Ouvir os participantes, os interessados neste projeto que está sendo elaborado para implantar, ser implantado aqui no município de Iranduba.

Questão de horário, exatamente precisamos seguir o cronograma. Serão respondidos primeiramente dez questionamentos por escrito, seguidos de cinco questionamentos verbais. Serão feitos ali no microfone embaixo. E cinco questionamentos online, e assim sucessivamente. E esses questionamentos, pessoal, poderão (corte).

(Silêncio.)

... Fazer diretamente às autoridades que vão compor aqui o dispositivo, a mesa. São exatamente os técnicos que falaram sobre este projeto de implantação aqui do aterro sanitário no município de Iranduba.

Oi, eu chamo a equipe técnica do EIA Rima, o empreendedor, para compor a mesa. Bismarck, tem pergunta aí ó, questionário.

Então, a senhora Cristina da Rocha né. O senhor Paulo Tobiezi...

Pessoal, para fazer as perguntas, a maioria das perguntas que eu tenho aqui, de pessoas que querem ir ao microfone e fazer sua pergunta, falar. Então assim, nós precisamos condicionar um tempo de um minuto para você fazer, elaborar sua pergunta, ok? Eu vou ler aqui, eu tenho a relação e vou, aqui, falar.

O senhor José Muniz é o primeiro aqui que fez o questionamento, ele pede para se manifestar verbalmente. Depois do senhor José Muniz, o pastor Brás Silva também. Senhor José, pode falar.

Bom, minha gente, bom dia. Eu estou vindo aqui hoje exatamente com uma missão. Eu fui prefeito de Iranduba por três mandatos. Nesses três mandatos eu sonhei com a possibilidade de trazer para o Iranduba uma estação de tratamento do lixo e cheguei a comprar, adquirir o terreno para a gente colocar esse benefício. Naquela época, a universidade do Amazonas estava dando um curso de Meio ambiente e o irmão do deputado Euly Ribeiro estava defendendo uma tese que era exatamente aquilo que eu queria. E foi feito. Nós levamos para Brasília porque ele foi aprovado. Levamos para Brasília, mas foi a época que eu saí, deixei em andamento, não sei se foi desinteresse, não sei o que aconteceu, mas não foi feito o trabalho que a gente tinha votado de fazer. Hoje minha vinda aqui é única e exclusivamente para pedir ao pessoal que tenha paciência. Essa é uma matéria que é difícil da gente entender porque é uma coisa nova que vai acontecer. Eu prestei atenção a todos os pronunciamentos que foram feitos aqui. O vereador Velho falou uma coisa pertinente, que Iranduba não ia ser cobaia de Manaus. Mas eu quero dizer pro Velho que, em vez de ser cobaia, pode ser um presente para Iranduba. É só uma questão de visão, é só uma questão de colocação. Nós não podemos adivinhar o futuro, ninguém aqui é parente da vó Dináh para saber o que vai acontecer amanhã. Um investimento de 50 milhões de reais não é uma coisa à toa. É preciso que se entenda que quando um empresário coloca em risco as suas finanças, e ele foi aprovado pelos órgãos - Para que existe órgão? Para que existe aqueles que estudaram e colocaram em jogo a aprovação de determinada coisa? É porque com certeza há consistência no trabalho.

É preciso saber também que, historicamente, o município de Iranduba deve muito a Manaus. Isso aqui foi nascido de um projeto agrícola que existia aqui, hortifruti...

Seu José, eu vou pedir para você concluir.

Pera aí, dois minutinhos.

Já tem mais de dois minutos.

Hortifruti granjeiro que deixou a herança da cidade de Iranduba. Então nós devemos a Manaus. E eu queria dizer o seguinte só para encerrar. O presidente do IPAAM está aqui hoje. Veja só a responsabilidade, o presidente está aqui. E o IPAAM hoje é um órgão equilibradíssimo, com atitudes que a gente até se assusta. Nós somos clientes do IPAAM há muitos anos com nossos

problemas aqui de olaria, e nunca houve tanta paz quanto existe agora. Esse homem não viria aqui para passar um cheque em branco para uma coisa que fosse errada.

Seu José, tá há quatro minutos, o senhor pode concluir por favor?

Tá bom minha filha, muito obrigado. Eu já encerrei o que eu tinha que dizer, tá bom? Obrigado.

Bom, na verdade ele fez uma manifestação né. Eu chamo o Pastor Brás Silva. É pastor né?

É, pastor e jornalista. Boa noite a todos, Deus abençoe. Acompanhei atentamente todos os pronunciamentos, mesmo com a chuva e agradeço a Deus e aos organizadores desse evento pela oportunidade de estar aqui. Com certeza tudo que foi falado tecnicamente, alguém que acompanhou de perto entendeu. Mas a grande massa, a grande maioria, precisa de um esclarecimento. Sem muitos termos técnicos, sem muitos dados numéricos, mas de maneira objetiva e clara. Eu pergunto: Qual a garantia técnico-científica que nós, que moramos aqui, que investimos aqui... Eu por exemplo há oito anos nós temos uma casa de recuperação de dependentes químicos, de moradores de rua e tratamos pessoas com doenças emocionais lá na biqueira de onde vai ser o aterro. Qual a garantia que nós temos, e eu gostaria de ouvir de novo e ficar aqui até depois do jogo do Flamengo se for possível, que nós teremos os nossos mananciais preservados. Que os nossos igarapés não vão ser poluídos. Então eu gostaria de ouvir de uma maneira clara, objetiva e direta, sem muitos termos técnicos.

Eu passo para o representante do empreendedor responder.

Alô, vamos lá gente. É aquilo que eu falei, são três possibilidades que um lixão contamine: água subterrânea, água superficial, ar. Um aterro sanitário vem exatamente para isso, o que ele faz? A palavra é impermeabilizar, mas eu vedo a passagem da água poluente no fundo do aterro. Eu vedo. Ela é vedada com três camadas de materiais impermeáveis, tá certo? O solo natural, o solo compactado, o GCL que é uma manta de bentonita pura, e uma manta de PEAD, de plástico. Polietileno de alta densidade. Essa manta está ali para vocês verem a grossura dela de dois e meio milímetros. Parece pouco, mas ela é impermeável, ela não deixa passar nada. Esses são os cuidados que nós temos e o chorume gerado que não infiltra, nós vamos retirar e tratar. O órgão ambiental, dentro do plano de monitoramento nosso, que é voluntário. Quer dizer, voluntário no sentido que nós fazemos por obrigação de plano de monitoramento junto ao órgão ambiental. Mas o órgão ambiental também, lógico, tem a liberdade e normalmente faz, é vir coletar amostras das águas superficiais que estão ali a jusante para comprovar isso e coletar os poços de monitoramento. Nós vamos ter poços do lado do aterro que vão até a água subterrânea e vão ser coletados quadrimestralmente. Essa é a nossa proposta, pode ser que o órgão queira uma frequência maior ou não. Mas a nossa proposta no estudo é isso. Então essa é uma garantia. A questão de odor, etc, nós estamos... Veja, hoje lixo, para ter rentabilidade, ele tem que gerar dividendos, divisa para quem implanta. A questão de nós usarmos gás metano para gerar energia, é para gerar renda. Então é uma tecnologia alta, hoje os grandes aterros, grandes, porque você precisa ter uma quantidade de lixo razoável para gerar energia, já estão caminhando para isto. Temos, quase todos os estados do Brasil, os aterros de capitais, aterros sanitários desenvolvidos para isto já possuem esse sistema. Isso ele já possui. Então o gás também fica resolvido, gás de efeito estufa, gás metano, que é o que põe fogo na ponta lá dos drenos, não vai ter mais esse fogo, nós vamos succionar porque isso é energia. Nós estamos usando isso para energia. Uma das coisas que a gente tem discutido com a dona Maria também aqui, a líder dos catadores, é nós trazermos uma máquina nacional de triagem e reciclagem de resíduos. Essa máquina hoje não consta no nosso projeto porque ela... Vamos dizer assim, nós passamos um ano e meio no município de São Paulo desenvolvendo ela para que ela não

quebrasse. É uma máquina automatizada, mecânico-manual. Então o rasga-saco é mecânico, mas quem tria são pessoas, tá certo? Quem enfarda, a enfardadeira é mecânica, mas tem uma pessoa alimentando lá, né? E essa é nossa proposta que nós levamos aos catadores de Iranduba. Só que Iranduba, essa máquina, por exemplo, se for permitido, no final e esse pessoal dos catadores desejarem, nós temos um filme dela. É uma máquina de 300 toneladas/dia. Ela emprega por turno 37 funcionários na triagem e vende o reciclável. Essa máquina vende reciclável para a Braskem, para a Ambev, que pagam valores de política reversa. Tá certo, de política reversa. Isso é muito interessante dentro do processo. Por isso que tem uma coisa que é a geração de empregos para a implantação do aterro e operação, a outra coisa é você ter um sistema de triagem. Então a garantia existe e, além da garantia técnica de engenharia, nós temos fiscalizações. Fiscalizações do órgão ambiental, fiscalização aqui até, notei aqui, do Tribunal de Contas, etc, né, da Procuradoria Geral. São pessoas interessadas que funcione bem, e essa é nossa propositura. Que seja um empreendimento realmente para vocês... É portas abertas. Podem visitar durante a obra, podem visitar durante a operação – obviamente programado né, porque não é um local para se andar, né, mas sempre estará lá.

Pode concluir por favor.

Obrigado, é isso.

Vou chamar agora a senhora Simone Sodré da Associação de Mulheres Jasmim. Por favor peço que sejam objetivos né para dar oportunidade, que todos se manifestem.

Bom dia a todos, eu me chamo Simone faço parte da Associação de Mulheres Jasmim, do estado do Amazonas. Nós trabalhamos com mulheres em situação de violência doméstica e hoje a gente está aqui para perguntar pra Norte Ambiental quais serão os benefícios sociais que podem gerar renda para as mulheres daqui do nosso município e região circunvizinhas. Obrigado.

Eu passo para responder por favor três minutos para a resposta.

Vou tentar ser bem conciso. Nesse processo todo de triagem, e eu vi ali o trabalho das Mulheres Jasmim, que é muito interessante, com artesanato e etc, a própria reciclagem, a própria retirada de materiais será uma matéria prima para elas que a gente discutiu, está sendo pensado. Além do que é a geração de emprego, né, a Norte Ambiental é famosa pelas suas gerentes e diretoras. Então a mulher com certeza terá, naturalmente, uma participação dentro do processo do quadro funcional, ok? Agradeço a pergunta.

Peço, chamo agora Frank Lopes Pereira, do sindicato de ceramistas, das indústrias de cerâmicas.

Bom dia quase que boa tarde, não sei, boa tarde, não é? Vamos lá. Tá meio baixinho para mim aqui, eu vou ficar me dobrando aqui, mas vamos lá. Em tempo, Maria do Carmo, parabéns pelo trabalho.

Obrigada.

E eu quero parabenizar em primeiro lugar a Norte Ambiental, porque ser empreendedor no nosso país não é fácil, então quero parabenizar toda a família Norte Ambiental, todos os trabalhadores, funcionários, prestadores de serviço, o empresário Sérgio Bringel, que está sendo aqui um ícone com relação a esse trabalho que o governo federal está tentando implementar no país há um certo tempo. Aterro sanitário, tratamento de resíduos sólidos, saneamento básico, é de extrema importância. Aí vai o grande detalhe: eu coloquei alguns pontos pra mim falar, Maria do Carmo, principalmente você que está coordenando a mesa, salvo engano, se me

permite você. Tantos anos de labuta, entrei para a AM, sindicato de ceramistas, etc e etc. Já cria uma certa proximidade. Então assim, nós tivemos em Manaus o KM 19, que foi a referência negativa e é até hoje com grandes crimes ambientais que ocorreram em decorrência da implantação daquele lixão e que até hoje nós sofremos as consequências. É lamentável, à época talvez não tivessem tantas leis, tanto conhecimento técnico para que aquilo fosse tratado de uma forma que não viesse a trazer todo o prejuízo que trouxe à sociedade amazonense, principalmente em Manaus. Nós temos aqui em Iranduba uma grande oportunidade. Passamos a ter desde, principalmente, a inauguração da ponte que acabou de completar dez anos agora no mês de outubro. E nós tivemos aqui, estamos experimentando um dos melhores empreendimentos imobiliários de todo o Brasil. Os melhores, se você colocar na média. Nós temos aqui grandes empresas fazendo loteamentos, bairros planejados e condomínios que somam aproximadamente hoje quinze mil lotes legalizados, gerando emprego e renda para toda a população irandubense, principalmente, e às vezes falta mão de obra. Às vezes falta pedreiro, falta engenheiro, falta mão de obra para trabalhar nessas atividades. Então geração de emprego e renda, nós também temos outras atividades que geram. Penso que nós precisamos repensar essa questão da implantação do aterro sanitário, a forma como, e eu sugiro que nós repensemos Manaus. Nós podemos repensar Manaus. Porque o fator gerador é todo Manaus, três mil toneladas, já foi dito pela profissional da área ambiental.

Um minuto aí para a conclusão, senhor Frank.

Eu tenho um minuto mas tiveram apresentações ou melhor perguntas aqui que não levaram três minutos, eu queria aproveitar esse tempo, se me permite. Foi colocado pela, com muita propriedade, a profissional ambiental, de três mil toneladas/dia aproximadamente. Isso não é pouca coisa, os números vão falar por si só. Eu peço à Norte Ambiental, inclusive, que reveja o EIA RIMA porque eu tive oportunidade, presidente Juliano Valente, do IPAAM, de ler. Recebi antecipadamente e li, e vi que tem algumas informações que elas não estão de acordo, então seria bom que fizessem a revisão. Eu posso citar três, uma delas é a falta de citação do que existe, do imobiliário, porque só se fala das comunidades, de algumas, não todas. Não é citado, aliás, o número da população está incorreto. Ele é citado em quarenta mil, se esse número foi oficial ele está defasado, portanto ele precisa ser refeito. E nós, parece brincadeira, mas eu vou falar três coisas aqui, rápido, usando o número 19. Nós tivemos um problema sério no 19 de Manaus, é histórico e até hoje ele persiste. Trinta anos depois ou trinta e cinco anos depois, eu tenho 54 anos de idade, sou Amazonense e quem é contemporâneo meu e quem é amazonense ou amazônica sabe dessa história do KM 19. Nós tivemos aqui, ainda estamos dentro da COVID-19 e agora nós estamos prestes a implantar um aterro sanitário/lixão no nosso KM 19, que é a metade do município de Iranduba, geograficamente falando. Essa estrada são 38 KM.

Conclua por favor.

E para finalizar, eu sugiro a nossa Norte Ambiental que esse empreendedor, Sérgio Bringel, ele possa também tentar negociar área em Manaus. Se não para toda implantação da estrutura, pelo menos uma parte da estrutura que será implantada aqui, porque são três mil toneladas. Eu acho que é possível sim, principalmente nas áreas da SUFRAMA que também as indústrias do PIM fatalmente pelo que diz o EIA RIMA vai destinar. Mas eu parablenizo pela iniciativa do trabalho da empresa. Nós já temos hoje a Norte Ambiental fazendo a coleta e destinação de todo resíduo hospitalar e, até onde eu saiba, o trabalho é muito bem feito.

Conclua, por favor, já são cinco minutos.

E parabeno todo, principalmente a população de Iranduba que se fez presente através das comunidades. Quero parabenizar todas as comunidades aqui presentes. Muito obrigado pela oportunidade.

Eu vou chamar aqui mais três perguntas e depois encaminham para a mesa, ok? É a senhora Marta Perci, é a próxima, depois já fica em *stand by* o senhor Ezequiel Mesquita e seu Raimundo Durado.

Bom dia a todos e todas que se faz presente. É uma preocupação minha como comunitária, e eu queria perguntar também para a Norte Ambiental se eles fizeram uma pesquisa de quantas pessoas vivem na região pelo turismo Rural, pela agricultura, pela poluição que vai causar às nossas nascentes, que vai cair na única cachoeira que nós temos no município. O prefeito é sabedor disso. A escola, que a região todinha dali estuda naquela escola. Filhos, netos, que vão sofrer as consequências. Emprego pra 200, 300 pessoas e mais de mil famílias que vivem do turismo, da agricultura. Eu tô trabalhando o orgânico. Quando vai sair o chorume pra a gente trabalhar o orgânico, por que então que a Norte Ambiental já não faz isso? Porque os nossos governantes, presidente, alguma coisa, tá implantando muito na questão de agrotóxico que tá matando a população e ninguém vê isso. Agora querem acabar com as nossas nascentes, com o nosso meio ambiente. Não é justo. Nós temos que fazer união. Para as comunidades que estão presentes, eu falo para vocês. Os grandes empresários conseguem se organizar. E por que que nós não fazemos a nossa parte de defender nosso território? Defender a natureza? Defender nossas águas? Nossos meninos que tá na biqueira estudando, gente, pelo amor de Deus. São vários pontos turísticos que nós vivemos dali. Eu moro há dez anos na comunidade, vivo da agricultura, de um pequeno comércio e de falar com as crianças o cuidado que eles têm com a terra. O que que eu chego hoje pra eles e vou dizer que vai ter um aterro sanitário. Hoje é aterro sanitário. Amanhã é um aterro solitário. Onde vai ter urubus, barata, doença e tudo mais. Vocês tão ouvindo? Vamos se organizar. Eu não sou contra a empresa. Por que que o prefeito, o governo, não investe no turismo? Por que que é preciso vir, eu não sou contra a Norte Ambiental. Vocês podem até me ajudar no projeto, ajudar os catadores, ajudar Iranduba. Mas por que que o prefeito não viu esse outro lado, que aqui nós estamos na biqueira de Manaus?

Conclua, por favor.

Eu vou concluir. Nós estamos na biqueira de Manaus, o cartão postal. Agora vão trazer pra cá, Amazonas Ambiental, por favor, vamos pensar direitinho tá? Muito obrigado pra vocês.

Eu chamo o senhor Ezequiel Mesquita e aqui faço um pedido para que todos que ainda não assinaram a nossa lista de frequência que tá lá naquela mesa lá atrás, por favor assinem que ela vai constar, vai parte da ata que está sendo elaborada, ok?

Bom dia ou boa tarde para alguns. Eu me chamo Ezequiel Mesquita, sou representante comunitário, mais ou menos ali precisamente no PIC Bela Vista, clé Ariaú, aonde faz parte mais ou menos da área a qual será implantado né, o nosso aterro sanitário aí. Como eu disse e vou falar, eu sou solidário uma vez que prevenir problemas e soluções pro nosso município. Eu estive verificando, fazendo algumas pesquisas também sobre o assunto, ao qual eu tive a oportunidade de viver fora do país, na Inglaterra, que é um país de primeiro mundo, e ver o que foi feito pela Coroa Inglesa e pelo parlamento inglês. Que lá em 1952, não sei se todos conhecem, houve uma grande epidemia por conta da poluição, conhecido popularmente aí se forem pesquisar no Google, cê vai ver que é o big smoke, no qual houve um afetamento grande desse grande smoke, que é uma grande fumaça que tomou conta da capital londrina e acabou muitas pessoas sendo prejudicadas. Mas isso foi tomado uma medida após acontecer isso justamente o que tá

acontecendo aqui hoje. Eu já vi os representantes aqui falando agora há pouco que no Brasil, em lugar nenhum, em nenhum estado brasileiro, tem esse trabalho, somente os lixões. Então nós podemos dizer assim que nós estamos de parabéns em receber, né, em Iranduba, esse tratamento que é uma tecnologia de primeiro mundo e que realmente nós seremos o primeiro, pioneiro em receber esse trabalho de tratamento com resíduos sólidos e o lixo, que é destinado da maneira incorreta. O que é melhor, nós termos o lixo espalhado em todos os lugares ou só em um lugar? Sendo gerenciado por pessoas que são profissionais da área, são competentes, então eu sou solidário às mudanças e melhorias do município de Iranduba, seja pro Brasil, uma vez conhecendo e sabendo a realidade de um país a qual eu vivi. A qual 1952 passou por uma grande epidemia, mil e seiscentos eles viviam uma situação degradável.

O senhor pode concluir por gentileza?

Sim senhora. Em mil oitocentos e cinquenta da mesma forma, então houve um investimento maciço da coroa e do parlamento, e hoje você pode andar nas ruas de Londres, ver os peixinhos andando nos igarapés, nas ruas, o rio Tâmisia completamente restaurado porque teve um trabalho de tratamento de todos os resíduos, e com certeza o Brasil está sendo abençoado e recebendo essas tecnologias que é de primeiro mundo. Eu agradeço a oportunidade.

A próxima pergunta é do senhor Raimundo Durado. Eu li aqui Durado. Ele tá pedindo para que seja lida. Ele fala o seguinte: "Iranduba já enfrenta problemas de água potável, estação de tratamento de esgoto, aterro com o passar de anos pode causar vazamento, causando," eu acho que aqui é "impacto aos lençóis de água potável. Que garantia," a pergunta dele é, "que garantia tem para o município e o povo para este problema?" Ou seja, de não contaminação de água potável, pelo que eu entendi aqui, é a principal preocupação dele, de questão de vazar chorume, alguma coisa assim e contaminar. Então vou passar aqui para o empreendedor para responder em relação à questão da população né, que, segundo foi colocado aqui, os números não conferem com a realidade atual e sobre o que se pode falar em relação ao turismo local, os impactos que podem causar com a implantação do empreendimento. Foram essas perguntas que foram feitas.

Bom, vamos lá. Com relação os dados populacionais, a gente sempre utiliza dados oficiais, mas também estamos abertos aí a alguma verificação, atualização de dados assim que surgirem. É uma questão, tudo que nós fazemos no projeto, no estudo, tem fonte. Então nós somos obrigados a citá-la. Então essas fontes constam no EIA. Com relação às questões, eu nem sei como responder porque, assim, o empreendimento vem para solucionar um problema que é resíduos sólidos. Tratamento, destinação, melhoria de qualidade de vida, contrapondo um lixão. Um lixão aqui, um lixão nos municípios do entorno, é esse o contraponto. É melhoria clássica. Com relação a turismo, escolas, loteamentos, quer dizer, todos são geradores. Todos nós somos geradores de resíduo. Isso é uma questão quase filosófica. Nós somos geradores de resíduo e não temos poder suficiente como indivíduos unos em dar solução, nós só conseguimos dar resolução em comunidade com o apoio governamental ou por iniciativa, uma iniciativa da iniciativa privada, tá certo? Então, é, o turismo precisa de área limpa. Um lixão não gera área limpa. Um aterro sanitário não causa problemas. Ele é feito dentro de técnicas de engenharia para ser isso. E ao longo do tempo a técnica permanece e é utilizada a melhor tecnologia disponível para esses cuidados. Se surgirem novas tecnologias ao longo da operação da vida útil do aterro, elas serão utilizadas, tá ok? Eu acredito que assim eu respondo todas as questões aqui.

Ok. O senhor Domingos Daniel Cardoso, por favor. Em seguida a senhora Meire Jane Santos. Senhor Domingos está presente? Não está? Senhora Meire Jane? Também não está? Senhor Mário Jorge, está presente? Também não? Não, tá ali atrás o senhor Mário Jorge.

Boa tarde a todos. Eu gostaria de falar um pouco com relação ao aterro sanitário. Eu li muito pouco no que diz respeito a isso, mas deu pra entender o benefício que pode trazer para o nosso município. Que há carência de tudo, praticamente, né. Eu dou parabéns à empresa de iniciativa privada, que trata, trazendo um importante projeto, para que possa desenvolver aqui no nosso município, que é um aterro sanitário. Só em saber que os resíduos sólidos, no caso, o chorume, não atinge o lençol freático, já é um grande benefício para todos nós. E também o ar contaminado, já que a gente fala tanto de salvar vidas, de saúde, uma certa cutucada no governo estadual, que a gente anda por Manaus, a gente vê muito esgoto a céu aberto, igarapés poluídos e não trazendo soluções para a população como o seu dever. Mas quero agradecer e parabéns pela empresa, somente isso.

Chamo o senhor Frank do Cacau, eu acho que é isso. Está aí o senhor Frank?

Bom dia a todos, aqui é o Frank do Cacau. Quero agradecer a comunidade e parabenizar a todos que estão presentes. Eu fiz algumas perguntas, eu fiz algumas perguntas, gostaria que pudesse ler algumas.

“Se vai haver cobranças de tarifa junto à população, o que seja feito, o que será feito com os rejeitos que não se aproveitarem”, entendi que é isso, “qual a destinação de... de sumo depois do processo, qual sistema usado para compostagem, qual a relação da Norte Ambiental com a comunidade... que não viver...” Eu acho que o senhor pode até formalizar melhor, seu Frank. “Se vão fazer parceria de manutenção de quadra e escola.”

É em relação à comunidade. Porque a gente mora na comunidade e a gente precisa de benefícios, desse movimento realmente, e o importante aí foi o que eu citei, se a comunidade, se o povo vai ter que pagar alguma taxa futuramente, essa é nossa preocupação também, então nós do Cacau Pereira, são algumas perguntas bem importantes, tá bom?

Tá.

Isso que eu queria deixar claro, acredito, não só essa audiência pública, mas junto às comunidades, realmente, como tem lá, nós estamos precisando de muitas obras, precisamos de investimento. Realmente, claro que é importante, né, hoje a Norte Ambiental já traz emprego, renda, realmente como já conheço o seu Sérgio, o empreendimento, isso agora o que vai trazer para o município, claro que é de grande importância, mas precisa tomar alguns cuidados. Fica aí minha colaboração, obrigado, aqui sou o Frank do Cacau.

Ok. Tem uma pergunta aqui do senhor Walter Sampaio que está assistindo pelo Youtube, dentro, parecido com a pergunta do senhor Frank, que é se haverá tarifas de tratamento para a população pagar e se vai ter logística reversa com empresas cujo lixo não tem como ser tratado. Aí ele exemplifica aqui, lixo eletrônico e outros, como garrafas de vidro. Aí eu passo para a resposta porque são várias perguntas.

É se a comunidade vai ter que pagar alguma tarifa, o que vai ser feito com os rejeitos, são essas as perguntas.

Eu vou responder Frank só a parte da relação com a comunidade. Se você já conhece a Norte Ambiental, a gente tem uma relação forte com a comunidade. Todos os nossos colaboradores

diretos, eles estão conosco e eles moram principalmente Cacau Mutirão. A gente tenta proporcionar várias coisas dentro do possível. Mas realmente faltam coisas que a gente vai precisar de apoio do poder público, também, que não cabe só a nós resolvermos né. Os meninos vão responder mais da parte técnica.

Bom vamos lá, a questão de tarifa é uma questão do município. Obviamente esse aterro cobra e participa de licitações. Mas a cobrar tarifa do município, não temos menor ingerência nesse assunto. Queria agradecer ao Mário Jorge pelas declarações. Não há, a questão de tarifa é marco regulamentário agora do novo marco de saneamento. Isso vai ser discutido geralmente com a comunidade e o executivo municipal e o legislativo municipal vão participar disso. O nosso empreendimento não tem a ver com isso. Ele é totalmente privado, não é uma participação público-privada, não é uma concessão de serviços. Então tarifa não cabe a nós em discutirmos isso. É isso.

Ok, o senhor Othon Gomes, eu chamo para falar. Em seguida, Marcela Vieira.

Bom dia a todos. Eu gostaria de questionar algumas coisas para as quais eu não vi enquadramento. Achei que houve uma omissão em relação à lei de expansão urbana do município. Não foi questionada nem pela prefeitura nem por ninguém. Também não vi aqui a presença de nenhuma pessoa da região metropolitana, dessa Cantareira da região metropolitana. Acho que o projeto, dentro da sua filosofia, é útil não só para Iranduba quanto para Manaus, mas também devem ser discutidas condições para toda a região metropolitana. Um investimento único dessa natureza, não há como não ter impacto ambiental. Mas pode haver mitigações e compensações. Aqui por omissão do município nós não temos uma casa de passagem para as mulheres, para as crianças. Nós não temos nada de compensação por empresa nenhuma que aqui se instalou. Por outro lado, vejo com preocupação a atitude que o município vai ter em relação à cobrança de taxas de lixo ou de aumento de IPTU que já se fez absurdamente. Está sendo feita aqui uma debandada dos investidores em infraestrutura e loteamentos com cobranças ilegais, estúpidas e absurdas, que eu espero que não venham refletir também sobre a população após o investimento do aterro sanitário. Esse aterro sanitário, ele pode preencher todos os requisitos técnicos, mas espero que ele também preencha os requisitos legais e que não se sujeite a leis absurdas que estão sendo impostas pelo município. Gostaria da participação do pessoal da região metropolitana. É imprescindível, se tem um planejamento, o zoneamento ecológico, econômico, para toda a região metropolitana. Para que a gente não venha aqui, poder reclamar que vai estragar os nossos pontos turísticos. Nós nem os catalogamos. Nós nem os planejamos. Nós não montamos nenhuma infraestrutura nem para atividade urbana, nem para gestão municipal e nem para a gestão regional da região metropolitana. Eu acho isso imprescindível. Tô aqui apenas aproveitando essa oportunidade para manifestar o interesse coletivo, não é o interesse empresarial, apesar do Sérgio ser muito meu amigo, mas eu gostaria que isso fosse tratado com prioridade para a população de Iranduba. Obrigado.

Senhora Marcela, Marcela Vieira. Está presente? Não? A pergunta que está aqui da Marcela eu vou ler. "Esclarecimentos quanto à geração de empregos diretos, como isso se dará e estes 138 postos de trabalhos indiretos", acho que até já foi respondida, essa, esse questionamento. Senhor Raimundo Matos está presente? Senhor Raimundo Matos.

Boa tarde a todos e a todas. Eu só vim aqui dar minha contribuição como cidadão de Iranduba, como jovem que quer o bem do meu município. Eu sou lá do Cacau Pereira e eu quero parabenizar primeiramente o seu Bringel por ter criado ali no Cacau Pereira, oportunidades de

emprego para a população de lá quando ele fez a Norte Ambiental lá, que é a Bringel, né, o Grupo Bringel, que gerou muitas oportunidades de emprego para nossa população do Mutirão do Cacau e que a gente tá aqui de braços abertos para acolher essas pessoas que vêm realmente contribuir com o município, gerar emprego, gerar renda, e principalmente dar valor às pessoas daqui do município. Eu quero dizer que eu sou a favor desse aterro sanitário porque, como tem gente aí que diz ser de Iranduba e é contra o que vem para Iranduba? Tem que ser a favor, porque isso vai gerar renda, emprego, oportunidades. Tem que ser a favor, porque o Iranduba tá precisando mesmo de indústria, de empresas que venham pra cá trazer solução de emprego. Porque o Iranduba há muitos anos não tem o desenvolvimento. E esse só é... a primeira que vai vir, porque eu tava conversando com seu Bringel aí, ele disse que daqui a dez, vinte dias vai inaugurar uma lavanderia aqui no Iranduba. Vai gerar emprego para as mulheres, pras mães de família que não têm emprego, desocupadas, vão trabalhar. Então, seu Bringel, parabéns. Venha, Iranduba vai lhe acolher sim. Qualquer empresário que trazer "geramento" de empresa e renda pra cá, Iranduba vai acolher. Esse é minhas palavras. Muito obrigado. Quero agradecer também a nossa presidente da câmara, Larissa Gomes, meu amigo ex-prefeito José Maria Muniz, que sempre está aqui dando sua contribuição. Muito obrigado e vamos acolher sim a Norte Ambiental com muito amor, porque eles vêm para gerar emprego. Muito obrigado.

Senhor Evandro da Silva. Senhor Evandro está?

Boa tarde a todos. Boa tarde, minha gente. Então esse projeto pro nosso Município de Iranduba, todos nós estamos vendo que é um grande empreendimento. E logo no início, eu não estava de acordo, porque ainda não tinha visto o projeto. Então agora, quando cheguei aqui e vi o projeto, que não vi aquela degradação do solo, não vi aquela situação do lençol freático ser "contagiado", e também vi a obra em si como vai fazer o tratamento desses resíduos. Agora, é uma grande responsabilidade do Instituto de Proteção Ambiental, do IPAAM, estar aí dando essas assinaturas, dando todo o aval para que essa empresa que está no nosso município de Iranduba, ela possa fazer esse grande empreendimento, assim gerando muito emprego no nosso município. Que é o que nós queremos. Nós queremos que venham sim essas empresas para o nosso município, gerar emprego e renda. Mas, sim, minha gente, mas tem também assim uma pergunta assim que eu quero deixar aqui. Esses empregos, diretamente, que vamos ter. Eles vão pulando assim de cada ano, por exemplo, vamos ter 30 diretamente. Aí vem mais 150, indiretamente, diretamente. E qual o nível que vai chegar diretamente desse grande empreendimento no nosso município, é uma pergunta. Outra aqui, se vocês vão ter o documento juridicamente, juridicamente, que vocês possam assinar, dar essa garantia para o povo Irandubense, e mostrar, e mostrar nas redes sociais, em outros pontos aqui do nosso município de Iranduba como prefeitura, câmara, esses órgãos aí mostrando o documento assinado juridicamente. Para que nós Irandubenses possamos ter assim uma grande segurança do que vocês vão trazer para o nosso município. Só isso, muito obrigado, boa tarde.

Ok. Seu Luiz Carlos, finalmente chegou sua vez né?

Oi, oi, oi, oi (testando o microfone). Gostaria que registrassem em ata a manobra que a empresa fez para que eu não falasse por primeiro. Aufero que registrassem em ata, que eu estive logo no começo e a empresa me barrou a oportunidade de "mim" escrever. Vamos lá senhores, e eu vou fazer os encaminhamentos. Primeiro encaminhamento: A nulidade por falta de representantes de Manaus e em complemento à lei 13.796, que garante a presença da massa dos nossos aqui adventistas que foram usurpados o direito que conforme a lei garante. Então eu peço a nulidade dessa audiência. Segundo, a empresa não apresentou o estudo do tráfego urbano no trajeto ponte e o local que será aproximadamente aí... será aproximadamente

milhares de veículos que vão passar aqui, e desafiar o proprietário a andar num carro aberto da ponte até o lixão com um carro de lixo na sua frente. Solicitar que haja mais audiência pública, uma delas, cadê os representantes de Manaus? Cadê os representantes de Manacapuru? Por esse motivo encaminho que o IPAAM realize, anulando essa audiência, porque os evangélicos adventistas não puderam participar, mais três audiências. Uma no Iranduba, a data que os evangélicos possam participar. Outra, em Manaus, que vai ser a maior beneficiada. E outra em Manacapuru. Encaminhamento. Agora vamos para as analogias. Meu tempo. Analogias. É muito fácil falar que Iranduba, Zé Maria, meu amigo do coração. Meu ex-patrão, meu amigo. Te amo muito. É muito fácil falar desse presente. Mas eu entrego pro senhor. Pro senhor levar lá pro condomínio Jardim não sei o quê, junto com Eduardo Braga. Leve para lá. Lá na Ponta Negra. Mas aqui eu não quero esse presente. O povo não quer esse presente. Senhores, se criaram, numa época passada, ronda no bairro. Ronda no bairro. Meteram a porrada nos bandidos lá na Compensa. E hoje nós somos conhecidos como a cidade mais perigosa do Iranduba. Trouxe o que pra cá, depois da ponte? Viramos uma cidade perigosa. Esse foi o benefício. Não vai diminuir... Ninguém sabe. Ninguém conhece a história mais do que eu aqui, que sou filho desta terra. Ninguém conhece. Sabe de onde é a areia da praia da Ponta Negra? Vocês aí da (?) 03:35:22 sabem onde vocês ficam de lazer, da onde é essa areia? É do Iranduba. Que acabou com a machantaria. Benefício para Manaus. Interessante. E lixo para Iranduba? Jamais. Interessante, senhor prefeito, a manobra que tu fizestes para colocar o senhor Gilberto no Meio Ambiente. A manobra descarada para aprovar esse projeto. Mas o senhor não participou de nem uma audiência do Polo Cerâmico que vai gerar dois mil empregos, sabe para onde? Manacapuru. Quer dizer que o presente de dois mil vai para Manacapuru e eu tenho que ficar com o lixo de Manaus? Isso é um absurdo! Aqui polo da Olaria. Aqui o (?) 03:36:23. Mas o prefeito, junto com sua equipe, não participaram de nenhuma audiência que vai gerar dois mil empregos para o Iranduba. E se preparem que não tem conversa com empresário. Ou tu paga ou tu não coloca o lixo. É isso que vai acontecer. Vocês, povo de Iranduba, vocês vão pagar como vocês pagam a iluminação pública e não tem. Tem dois milhões em conta e esse prefeito não coloca uma lâmpada há um ano. Vocês não... tentaram disfarçar, não responderam. Não responderam. Senhores, meus encaminhamentos, cancelamento da audiência pública por não estar presente o mais beneficiado que é Manaus. O Davi não tá aqui e nem ninguém de Manaus. Davi, seja o Davi da Bíblia. Salve Iranduba e fique com seu lixo. Meus catadores abandonados por esta prefeitura maléfica. Agora vem dizer que vocês vão ser empregados. Não tem incentivo.

O senhor pode concluir por favor, seu Luiz?

Concluo. Respeite Iranduba! Faltou, faltou rapidinho. A Norte Ambiental está multada por não cumprir requisições de meio ambiente. Está aqui. Documento oficial. Ela está multada. Termo de embargos. Ela tem empreendimentos aqui no Iranduba, tá aqui o documento. Tá aqui o documento. Termo de embargo do IPAAM ao empreendimento aqui em Iranduba que está matando o povo que cerca o empreendimento dele. Termo de embargo 446/2021. A sua data é no dia 26 do 8 de 2021. Termo de infração 430/2021, do dia 26 do 8 de 2021. Ela tem um empreendimento, mas ela não cumpre com as exigências. O povo no Cacau tá sofrendo.

Só uns esclarecimentos porque acho que foi colocado algumas coisas em relação ao IPAAM, eu penso. Então assim, as perguntas a gente tem um colega ali do IPAAM que está recebendo os questionários e está colocando aí na ordem de quem veio entregar, assim como tem outros colegas aqui, colaboradores também coletando essas informações e uma pessoa coletando do YouTube. Se nós deixamos passar algum, botamos alguém na frente ou atrás, pedimos desculpas e não foi de propósito, tá bom pessoal? E sobre a audiência pública, na verdade nós

consensuamos aqui com a escola, isso aqui onde nós estamos é uma escola e nós preferimos fazer no sábado porque, se fosse em outro dia, as aulas seriam suspensas, e como já teve várias quebras de período letivo por conta da pandemia, nós consensuamos que seria melhor o dia sábado. Por isso que foi colocado dessa forma, só a título de esclarecimento. E que também houve uma divulgação ampla da audiência pública, sobre data, local, para que todos os interessados se fizessem presentes. Eu acho que é isso. As outras perguntas para o empreendedor, que é sobre empregos, ele já respondeu em uma primeira parte, eu vou ler as outras perguntas e depois passo para vocês, ok, para responder. Alcino. Alcino Maranhão. Está aí? A empresa vai responder no bloco de perguntas, tá? Um bloco de respostas. Seu Alcino, né? Depois o seu Alberto Maranhão.

Alô, oi, boa tarde gente. Meu nome é Alcino Maranhão. Eu sou filho do ex-prefeito daqui, Élcio Maranhão. A minha pergunta, ela é breve. Eu queria que a empresa respondesse aqui para a gente qual os benefícios e qual os malefícios que pode estar chegando aqui no município de Iranduba. Obrigado.

O seu Alberto, ele faz, o seu Alberto Maranhão, também faz a mesma pergunta pelo que eu entendi aqui, quer saber sobre os benefícios. O senhor quer falar?

Boa tarde a todos, me chamo Alberto Maranhão, venho aqui representando a crônica do Iranduba Minha Vida, e essa polêmica começou nos nossos grupos antes de nós conhecermos o projeto da Norte Ambiental. Nossa preocupação sempre foi muito grande porque Iranduba, como todo mundo sabe, vem passando por uma dificuldade muito grande com essa atual administração. Nós temos problemas, o super secretário que, um dia desses invadiu uma empresa de energia, placa solar, da qual o super secretário falou que estava agredindo o meio ambiente. Ridículo isso. Nós não vivemos aqui numa ditadura. Iranduba precisa de saúde, Iranduba precisa de emprego. Iranduba precisa de fortalecimento empresarial. Mas o que vem acontecendo é totalmente ao contrário, empresários que se apresentam aqui são colocados para correr com medo dos impostos absurdos. Então eu acho que o que for melhor para o povo de Iranduba será melhor para mim, será melhor para vocês, catadores, será melhor para as mulheres que precisam de trabalho, certo? Então, se a Norte Ambiental cumprir 100% o que vem falando em seus projetos, eu sou a favor do povo. Tá bom, minha gente? Muito obrigado.

O senhor Alberto Maranhão foi quem acabou de falar, né? A senhora Sueli Nogueira também, está aí? Mas eu entendi que é a mesma pergunta, sobre os benefícios sócio-ambientais para as comunidades do Iranduba. Ela está aí, dona Sueli? Então eu passo aqui a palavra para o empreendedor sobre os benefícios e malefícios para a população, sobre geração de emprego, não é isso? As perguntas que foram feitas.

Pessoal, queria agradecer as últimas perguntas aí. Acho que a gente tem aqui Marcelo, Raimundo, Evandro, seu Luiz, Alcino, Alberto agora por último, agradecer a todos. Quanto a requisito legal, acho que foi a primeira pergunta. Todos os requisitos legais que são apresentados nós cumprimos. Então só para deixar isso bem claro. Os benefícios que o projeto, ele nos traz, eu acho que existe um problema, é o que o Tobiezi já tem colocado nas respostas dele, o problema já existe, né, a gente não vai, a gente vai tentar minimizar os impactos de um problema que existe. A gente tem um lixão no KM 6 e todo o objetivo da criação de um aterro, da implantação de um aterro sanitário é para minimizar todos os impactos ambientais que um lixão causa. Eu tô falando de impacto ambiental como benefício, mas também tem os benefícios sociais. Por várias vezes a gente tem falado na qualidade de vida das pessoas que trabalham lá. E isso vai ser olhado com olhos muito criteriosos, trazendo um conforto muito grande para essas

peessoas, para que elas saiam da situação que elas se encontram hoje. Tem muitos benefícios ambientais, a gente está falando aí de um solo que não vai ser contaminado, de um chorume que vai ser tratado, de gases que vão ser tratados, que podem inclusive gerar energia. Então benefícios tem inúmeros. Ah, não há impacto? Não, há impacto. Não existe nenhuma atividade que não cause impacto ambiental. A gente respirando causa impacto ambiental. Mas todos os impactos ambientais são mitigados a níveis menores, aos menores níveis possíveis, e a gente também entra com as medidas compensatórias para os impactos que não podem ser mitigados. É isso.

Ok. O senhor Aroldo, acho que Aroldo Souza, tá aí?

Questão de ordem, senhora.

Agora é o seu Aroldo.

Seu Aroldo.

Questão de ordem. A senhora não respondeu a Nulidade. A senhora não respondeu mais duas audiências públicas, eles não responderam, por esse motivo eu me sinto usurpado do meu direito e me retiro do recinto, porque me senti, desde o início, que a minha voz tem tentado ser calada. Então, por a senhora presidir e a senhora não respondeu as mais, a nulidade, as três audiências, eu me retiro do recinto.

Tá, então eu peço desculpas ao senhor, não precisa se retirar. Em relação à nulidade, foi registrado em ata como eu falei inicialmente, a gente tem dois assessores jurídicos que estão registrando em ata o pedido dele e, se for de interesse pode ser solicitada nova audiência, novas audiências. Ok pessoal? Senhor Aroldo?

Boa tarde a todos que estão presentes daqui de nossa Iranduba. Bom, meus amigos, estou aqui (microfonia).

Está na frente da caixa aí. Pode falar. Fala alto.

Alô, alô.

Aumenta. Vai. Aí, está ligado. Está ligado.

Alô, Alô. Bom, meus amigos, a convite do meu amigo Cláudio Rosas, eu também tinha o mesmo pensamento acompanhando o nosso amigo Alberto Maranhão, na qual ele citou, nós fazemos parte do grupo (microfonia) fazemos parte de um grupo que se chama A Crônica do Iranduba Minha Vida, na qual tinha uma polêmica sobre o aterro sanitário. Nós vemos a situação, o projeto apresentado agora, a situação muda. Mas a minha pergunta é a seguinte: o empresário, o seu Sérgio Bringel, está fazendo um investimento milionário nessa cidade para trazer benefício ao povo, ao público, ou à população Irandubense. Eu gostaria de saber se o alvará de funcionamento que vocês "vai" preencher todos os requisitos? Porque aqui nós estamos tendo aqui dentro do nosso Iranduba uma ditadura, da qual super secretário está perseguindo os empresários. Essa semana agora, não tem nada a ver mas é um exemplo. Nessa semana agora ele tentou interditar, tentou não, interditou uma empresa de energia solar por impacto ambiental. E o aterro sanitário é uma coisa muito mais problemática por impacto ambiental. Então a minha pergunta é, tem situações política nesse aterro sanitário ou é só uma situação de uma empresa privada que quer trazer pro município esse benefício do aterro sanitário e trazer empregos?

É, eu posso responder também em relação ao licenciamento, porque no caso do órgão ambiental como foi explanado pelo nosso colega mais cedo, existe um pedido de licença ambiental para esse empreendimento "Aterro Sanitário", né? E essa audiência pública, essa exposição, esse momento aqui é uma das fases desse licenciamento. O empreendedor, aqui no caso Norte Ambiental, apresentou, solicitou a licença, atendendo aqueles requisitos sobre o que vai ser feito, o órgão ambiental, o IPAAM, entendeu que havia a necessidade de um estudo de impacto ambiental, eles apresentaram o estudo de impacto ambiental que, como foi mencionado mais cedo, tem uma comissão, uma equipe técnica, instituída por meio de portarias com vários analistas de várias formações, químico, geógrafo, geólogos, biólogos, que estão fazendo essa análise desse estudo que foi apresentado e, nesse momento aqui, tá sendo realizada uma audiência pública, que tem exatamente a finalidade de coletar as informações, as impressões da comunidade em relação ao empreendimento. É o que a gente está fazendo aqui agora. Ainda não tem a licença. A licença, esse processo aqui é uma fase do licenciamento. Então assim, essa audiência, as informações, o pedido, aquele senhor que acabou de sair que pediu a nulidade da audiência, isso foi registrado em ata e vai ser respondido. Como eu falei, nós temos a nossa equipe aqui também do jurídico que estão analisando. É uma fase do licenciamento. O empreendedor não tem licença ainda e não deve ainda ter o alvará, porque ele ainda não tem licença, tá em análise, esse aqui é uma fase desse processo do licenciamento, ok?

Ok, muito obrigado. Só um, alô, faltou responder a pergunta do meu amigo Bila, agora aqui ó, por favor, Bila.

Opa, é sobre, é o que eu falei já com vocês, é sobre juridicamente. Se vocês vão ter uma assinatura que todos nós Irandubenses possamos ter uma segurança. Uma segurança desse grande empreendimento, dele se tornar contagioso ou então se tornar como ter duas fotos, um grande empreendimento, ou então aquele grande lixão.

Aí eu acho que eu posso até responder também, isso aí faz parte do licenciamento do fato. Por exemplo, ao receber a licença, se ele for licenciado, porque como eu falei, isso aqui tá no processo ainda de análise. Ao ser licenciado, tem condições para continuar com a licença. Então em relação à questão dos cuidados, para não ser transformado em lixão, ao receber a licença ele vai ter, já é esse o compromisso. Significa que foram estabelecidos todos esses cuidados para não ter um acidente ambiental, um impacto mais grave em relação ao que está sendo proposto. Tá ok? Não sei se eu esclareci para o senhor. Esse compromisso está manifesto no licenciamento ambiental. Aldemir Freitas está presente?

Não.

Marlon? Aldemir tá aí? Ah ok, desculpa.

Boa tarde a todos. A minha pergunta é para a Norte Ambiental. Lhes pergunto, quais são as garantias que nós vamos ter, nós os catadores, de que vocês vão cumprir realmente o que estão prometendo? E a segunda, quais são os benefícios vamos obter com a Norte Ambiental? Porque de promessa o Iranduba tá cheio.

Pode, pode responder.

Acredito que, como promessa, a gente tem vários mecanismos legais hoje que garantem que vocês vão fazer parte, uma vez que haja aterro, uma vez que a gente tenha acesso a vocês, obviamente vocês vão fazer parte do nosso time. As meninas já vieram por várias vezes me perguntar hoje como que ficaria a situação, se contrata-se pessoas, se contrata-se associação,

tudo isso é ao longo do tempo que será discutido, mas a gente está à disposição sim. Acho que uma garantia é a garantia legal. A gente está aqui para cumprir tudo que a lei determina, e uma das coisas que a lei determina é que vocês façam parte do nosso time no momento devido. Então a gente vai estar, sim à disposição.

Ok, senhor Marlon Coimbra está?

Segura. Aí, tá ligado. Tá ligado. Tá ligado. Você desligou agora.

Oi, boa tarde, meu nome é Marlon, tenho 34 anos. A gente representa o Iranduba nesse material de trabalho com a reciclagem há muito tempo. Minha mãe é veterana lá. Minha mãe, dona Berenice, pessoas que estão entrando na idade de se aposentar. Nenhum órgão público daqui do Iranduba olharam por nós. No momento da epidemia, nenhum sequer foi lá perguntar "dona Maria, dona Berenice, como a senhora tá passando essa epidemia, assim, vamos mandar uma cesta básica ou um remédio", no tempo da vacina a gente teve que fazer manifestação pra nós correr atrás dos nossos direitos. Hoje eu estou aqui querendo falar para vocês que a gente queira fazer o passo a passo desse progresso de vocês sim, a gente coisa, mas a gente tem que fazer o trabalho, vocês têm que mandar uma solicitação, vão mandar pra vocês, que é pra vocês contratar sim, não um catador de cada vez, mas sim a associação, porque nós temos um "NPJ". A gente quer entrar e poder contratar muito mais catadores do nosso município de Iranduba.

Marlon, obrigada tá pela tua contribuição, vocês com certeza serão lembrados no processo.

Ok, Rosilene Pereira está presente? Enquanto a Rosilene chega, alguém tem mais alguma pergunta? Já posso encerrar, quem ainda não fez aqui na nossa mesa? Por favor, porque nós vamos, né, encaminhando para o encerramento das inscrições. Ali, por favor. Senhora Rosilene.

Boa tarde a todos. É com imenso prazer que eu venho aqui dar minha parcela de contribuição como Irandubense. Eu consegui visualizar, através do projeto, grandes benefícios. Extraordinários benefícios. Porém, ainda ficam algumas dúvidas e, também, gostaria de estar solicitando, se fosse o caso, eu acredito, de uma discussão mais detalhada com, tipo, os moradores ao redor de onde vai ser construído o aterro sanitário. Eu acredito que haveria sim uma necessidade maior de ser expandido essa orientação quanto à eficácia, realmente, desse sistema do lixo. Então, a minha contribuição é essa, eu gostaria muito de poder realmente visualizar e, assim, poder realmente ter a certeza de que esse sistema não trará nenhum malefício para nossa sociedade Irandubense, e também sobre os catadores de lixo, que eu percebo que é uma grande dúvida também, é sobre realmente a essa inclusão nesse processo. Vocês já responderam, como era uma dúvida minha também, já foi, também, respondido, mas aqui fica a minha contribuição, de dizer que eu compreendo perfeitamente, porém, eu acredito que nós precisamos ainda ter um segundo momento para que outras pessoas possam, também, dar sua contribuição e até tirar todas as dúvidas que existem. Muito obrigada.

Rosilene. Alô Rosilene. Alô Rosilene, meu nome é Carlos Freitas, vou responder de forma muito rápida. O IPAAM vai solicitar, caso ele emita em licença prévia, um conjunto de condicionantes e programas a serem desenvolvidos pela empresa. Foi listado na apresentação feita pelo Paulo Tobiezi que um dos programas é o de comunicação social. Então a empresa na hora que receber a licença que é um pacto assinado com o IPAAM, ela se compromete com a realização desse programa de comunicação social para divulgar sempre o empreendimento e tirar todas as dúvidas, está bom? A mesma coisa em relação aos catadores. Se for um compromisso de licença, esse é um documento formal. O documento formal é o processo de licenciamento em si.

É, seu Arilson, quem é?

Não, eu sou o Enfermeiro Eudes, tô aqui como vereador, gostaria de dizer pra vocês que passei praticamente umas quatro horas vendo os vídeos relacionados à Norte Ambiental. Como eu também tenho graduação em biologia, eu não vi nada ali que pudesse agredir o solo. Eu acredito na possibilidade que muitos de vocês que estão no lixão serem, realmente, bem aproveitados e remunerados, enfim, e ter a sua dignidade. Não que vocês não a tenham hoje. Mas o lixão a céu aberto que existe no Ariaú é uma realidade, é um fato, e isso é indigno de um ser humano estar ali dentro fazendo aquela determinada catação sem, notoriamente, a devida proteção a qual vocês têm direito. Mas é muito bom eu chegar aqui, eu dizer que estou preocupado com o 19, com a minha comunidade, e esquecer que lá no Janauari, o urubu e o chorume está contaminando o resto dos igarapé, porque quanto pior lá, melhor pra mim aqui no 19. Não concordo com a nulidade da audiência porque eu acho desnecessário, deselegante, a maneira que o nobre colega se comportou aqui. Aqui é uma audiência pública. A gente tá trabalhando com o público, com o povo. E não é desta forma porque aqui não é palanque. Eu não sou candidato a reeleição e não estou pedindo voto aqui. Eu só acho que a gente tem que manter uma postura, porque a voz dele não reflete todo o povo e nem toda a câmara municipal de Iranduba. Querido, me perdoe a falta de alguma coisa que tenha havido aqui. Bringel, você sempre será bem recebido no município de Iranduba, haja vista o seu empreendimento no Cacau Pereira. Descortês e deselegante chegar aqui e mostrar uma multa da sua empresa da qual já está instalada, porque aqui está se tratando de um aterro sanitário, e não da sua empresa que está instalada. No mais, muito obrigado. Bom dia.

Qual é o seu nome, senhor, para a gente registrar em ata?

Vereador Eudes Fernandes, MDB, Iranduba.

Obrigada. O senhor Arilson Cunha agora por gentileza. Depois a senhora Diana.

Oi, oi. Uma boa tarde a todos e saúdo a mesa aqui. Eu quero primeiramente dizer ao empresário aqui que eu não sou contra a qualquer empresa que venha a investir no nosso município. Primeiramente, eu quero dizer que eu sou contra da forma que está sendo feita essa audiência. Porque é fato de que eu não posso decidir pelo povo de Cacau Pereira. Quem sabe o que é bom para Cacau Pereira é quem mora lá. Eu acredito que essa audiência era para ser feito lá in loco. Lá em quem realmente vai ser beneficiado ou irá se sentir lesado. Sabe, porque é injusto. É injusto. As pessoas que estão lá, elas não podem vir aqui. É igual gente que mora no Iranduba, nem todo mundo tem um carro ou tem um dinheiro para vir aqui na audiência. E quem tem que ser ouvido é o povo. É quem realmente interessa, é o povo, entendeu? Porque estamos cansados, como moradores de Iranduba, de sermos lesados, sermos lesados. Empresários virem aqui, exemplo é a nossa cidade universitária. Cadê os empresários que estão interessados na educação dos nossos filhos? No advento da ponte, empresário. A calamidade que aconteceu aqui, o total despreparo no nosso município. Cadê os poderes públicos para preparar esse povo aqui? E como é que vai ser instalado isso aí?

Senhor Arilson por favor conclua, o senhor tem alguma pergunta?

Obrigado. O que eu quero dizer, esse município aqui é nosso, gente. Somos nós que temos de ditar as diretrizes, tudo aquilo que vai ser instalado, que vai ser feito aqui. Nós estamos cansados de sofrer. É isso que eu quero saber, por que que essa audiência não foi feita lá na região onde vai ser construído esse projeto. Muito obrigado pela oportunidade.

Ok, a senhora Diana está presente? Não está? A senhora Diana na verdade queria falar que ela é a favor, "se for o melhor para o município eu apoio", é isso que foi colocado. Seu Aderson Belford. Anderson Belford. Seu Anderson.

Meu cordial boa tarde a todos presentes que ficaram aqui até o final dessa audiência. É com muita alegria que hoje estou aqui participando desse momento muito importante para o município de Iranduba. Quero falar que a vinda do aterro sanitário vem trazer grande desenvolvimento e cumprir o que determina a legislação, que vem ocorrendo na esfera federal. Nós temos prazo. E eu sempre venho colocando, antes de ser vereador deste município, a importância do aterro sanitário, como o Eudes falou. O lixão está aberto aos céus e não tem sequer qualquer cuidado ambiental. Então fica aqui o meu voto favorável, minha posição favorável com relação ao aterro sanitário. E por este motivo... Obrigado. Por este motivo, por esse motivo, mas, eu deixo alguns questionamentos, que eu quero deixar aqui para a empresa com relação a, e levando-se em consideração também o desenvolvimento do município de Iranduba, a questão do biogás. Como é que ele vai ser utilizado, se vai haver alguma parceria, para essa energia que vai ser gerado, para a exemplo as cerâmicas, olarias, para servir como energia, como fator energético para as cerâmicas ou gerar energia até para os próprios comunitários que ali residem ou qualquer outra alternativa. Essa fica, o meu questionamento, a minha dúvida com relação a isso. Obrigado.

Anderson, bom, deixa eu tentar responder para você de forma bem rápida. O biogás tem duas coisas, ou você queima ele num sistema de geradores e gera energia elétrica, ou ele pode ser, a palavra é comprimido e liquefeito, e ele funciona como um gás, um GLP, um gás liquefeito de petróleo. Então mais ou menos isso. Ele pode ser usado em cerâmicas, como em qualquer outro tipo de fontes. Mas existe uma coisa ainda que está sendo desenvolvida, as tecnologias estão começando a fechar, que é o que a gente chama de CDRU, Combustível Derivado de Resíduo Urbano, e pode ser usado como combustível. Aquele rejeito pós a triagem, que passa pela triagem e tira todos os recicláveis, trinta por cento dele pode ser picado e utilizado como combustível. Está nos nossos planos de futuro implantar uma tecnologia dessas. Então eu acredito que as cerâmicas daqui, obviamente isso depende também de licenciamento do órgão ambiental, mas se for possível, as cerâmicas do município e da região serão extremamente beneficiadas com um combustível de poder calorífico razoável, em torno de 4-5 mil quilos, poder calorífico superior. E ser utilizado como combustível nesses empreendimentos. É isso.

O senhor Valter Sampaio fez a pergunta online, pergunta quais os outros municípios vão aderir à unidade de Iranduba. Tá dando para ouvir aí, pessoal? E aí tem uma pergunta aqui do, eu não estou conseguindo ler aqui. Eu não consigo ler essa aqui. Tem outra aqui também, que a pessoa tá pedindo para ler a pergunta, ela diz "não sou a favor desse empreendimento por causar danos ambientais, tanto de rios e lençóis freáticos e o mau cheiro que vai ficar ao redor das nossas comunidades, prejudicando nós moradores e desvalorizando o que a gente", "e desvalorizando o que a gente", acho que é "conseguiu durante anos, perdendo valor também na área turística porque fica perto tanto de Paricatiba, cachoeira do Castanho, Açutuba e etc." Também há uma, a senhora Josiane tá aí? Josiara Reis Pereira, está?

Boa tarde, eu sou assistente social, moradora e servidora pública do município de Iranduba, e gostaria de expressar que a apresentação da empresa, ela não deixou claro quais são os impactos sociais na vida das comunidades, levando em consideração que no entorno do empreendimento nós temos uma aldeia indígena, Sahu-Apé, com aproximadamente 12 famílias. Temos comunidades com agricultores, com povos tradicionais e a gente precisa ter a clareza desses impactos sociais na vida dessas comunidades. Dona Marta falou em nome da cachoeira

do Castanho e tantas outras comunidades. E assim também como compromisso ou a sinalização desse compromisso com os catadores. Nessa oportunidade a dona Maria está aqui, ela é a presidente da associação de catadores, da qual ela pediu e eu peço permissão para fazer a leitura do documento dos catadores. "Para a empresa Norte Ambiental. Ilustríssimos senhores e senhoras. Nós, catadores, catadoras e catadores de materiais recicláveis, que desde 1995 trabalhamos dentro do lixão do município de Iranduba e, deste trabalho, tiramos o sustento de nossas famílias. Criamos em 2017 a associação de catadores de materiais recicláveis de Iranduba Nova Esperança, constituída por 26 catadores e catadoras de materiais recicláveis de baixa renda que integra o movimento nacional de catadores de materiais recicláveis no Amazonas. Sendo este movimento membro do conselho estadual do meio ambiente e representação legal da nossa categoria para efetivar os direitos previstos para a categoria no município. Vem por deste manifestar, considerando o que determina a constituição federal em seu artigo 5º, que determina que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes: É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Considerando o que determina o plano nacional dos direitos humanos, a garantia do trabalho decente, adequadamente remunerado, exercido em condições de equidade e segurança. Considerando o que determina a política nacional de resíduos sólidos, lei 12.305 de 2010, são objetivos da política nacional de resíduos sólidos em seu inciso 12, integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis em ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. O plano estadual de resíduos sólidos será elaborado para vigência por prazo indeterminado, abrangendo todo o território do estado, com horizonte de atuação de 20 anos, revisão a cada 4 anos e, tendo como conteúdo mínimo o inciso 5, metas para eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e a emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Artigo 36, no âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado se houver o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos. Inciso 2, estabelecer sistema de coleta seletiva. Considerando o que determina a política estadual de resíduos sólidos, lei 4.457/2017, são objetivos da política estadual de resíduos sólidos, no inciso 10, reconhecimento e integração dos catadores de resíduos reutilizáveis e reciclagens na gestão dos resíduos sólidos, assim como a proteção de saúde e segurança. Solicitamos da empresa Norte Ambiental Tratamento de Resíduos LTDA os itens abaixo descritos: Aquisição de um galpão fechado, seguidas as devidas recomendações de segurança, para os catadores possam reutilizar suas atividades de triagem. Armazenamento beneficiamento e envio para comercialização de materiais recicláveis. Dois, contratação da associação de catadores de materiais recicláveis de Iranduba Nova Esperança para prestação de serviço de coleta seletiva domiciliar e para o processamento do material no município com a infraestrutura logística e equipamentos necessários, bem como dispensa de licitação nos termos do inciso 17 do artigo 24 da lei federal 8.666 de 21 de junho de 93. Terceiro, pagamento pelos serviços ambientais prestados pelos catadores como previsto no artigo 26, inciso 7 do decreto de regulamentação da política estadual de resíduos sólidos, decreto estadual 41.863 de 30 de janeiro de 2020. Quarto, que os catadores possam participar de todo o processo de realocação e readaptação de suas atividades funcionais com capacitações e todo o apoio logístico necessário. Quinto, que ocorra a transição gradativa entre as atividades realizadas no lixão e ocorrerão no galpão com a coleta seletiva domiciliar. Sexto, que todas as medidas previstas para garantia dos direitos dos catadores de materiais recicláveis constem em condicionamento entre as condicionalidades da licença ambiental do aterro sanitário de

Irânduba. Colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. Encaminhamos uma proposta orçamentária, aguardamos com brevidade uma audiência com vossa excelência para tratar deste assunto. Atenciosamente, Dona Maria Erotildes Coimbra que aqui está presente. Obrigada.

É, nós temos uma cópia aqui desse documento, nós vamos fazer constar no processo de licenciamento, ok? Bom, dando continuidade, nós já encerramos as inscrições, ok? Temos ainda o senhor Saraiva, que ele pede para que se faça a pergunta, é sobre o lixão existente no município, qual o procedimento devido, haja vista que não existe tratamento devido. Com a palavra, o IPAAM e os órgãos ambientais e a prefeitura. Bom, pelo IPAAM, posso responder que nós estamos, na verdade como já foi falado aqui, a melhor alternativa não é lixão. Já foi falado aqui sobre os prejuízos em relação a lixão, mas nós temos dado orientação no sentido de, enquanto não se tem um aterro, uma destinação adequada, que se faça a remediação com a cobertura do resíduo, reciclagem, então nós temos orientado as prefeituras municipais, todas elas, secretaria de meio ambiente, a gente tem uma equipe lá no IPAAM que dá essa orientação no sentido de remediar até que se resolva por completo a situação, ok? Ilques Coimbra da Silva está presente? Posso pular Ilques? Em seguida o Adriano Rodrigues.

Opa, boa tarde. Opa, boa tarde. Norte Ambiental. Eu vou fazer uma pergunta aqui, eu fiz outra lá mas eu vou mudar, tá, é que já passaram ali. Eu quero só perguntar, é só a Norte Ambiental que vai ser divulgada ou a Nova Esperança vai entrar lá e ficar muda?

Eu não entendi, eu não entendi.

Posso perguntar de novo, falar de novo?

Pode, por gentileza.

Ei, é só a Norte Ambiental que vai ser divulgada quando nós se aliar a vocês, a associação Nova Esperança lá dentro vai ficar muda ou ela vai ser divulgada junto com vocês?

Eu entendi que o senhor tá falando se nessa audiência vai ser tratado só o empreendimento da Norte Ambiental, é isso a sua pergunta?

É.

Então.

Quando a gente, que vocês vão fazer parceria com nós, né? É isso que eu quero saber, se vai ser só divulgada a Norte Ambiental, e a associação Nova Esperança vai ficar muda lá dentro.

Bom, esse...

Porque quando divulga uma, tem que divulgar outra.

Então, seu Ilques, essa audiência é para tratar do licenciamento da Norte Ambiental, do empreendimento que a Norte Ambiental tá propondo. É por isso que eles estão aqui na mesa, é porque é, digamos assim, o julgamento, apresentação da proposta da Norte Ambiental, é isso. Em relação àquela proposta, não sei se é a mesma que o senhor, que ela acabou de ler, a senhor acabou de ler, aquela proposta, aquele documento ele foi pro processo e nós vamos tratar no processo do licenciamento.

Tá bom, obrigado.

Eu não sei se tá, satisfiz a resposta? Era essa sua pergunta mesmo, sua dúvida?

Era.

Tá. Mais uma vez esclarecendo que essa é uma etapa do licenciamento, tá ok? Aqui tem o seu Adriano Rodrigues, ele tá aí, quer se manifestar?

Olá, boa tarde. Tratando de aterro sanitário, a gente tem que ter implementado nisso a coleta seletiva. E eu senti falta de uma apresentação da sistematização da coleta seletiva dentro do plano que vocês estão propondo para a gente. Se ela vai ser um ponto de entrega voluntária, se vocês vão disponibilizar algum tipo de serviço para isso, ou se depende muito da cooperativa que vai ser acionada para isso, então senti só falta dessa sistematização de como vai proceder, e eu já compreendi que vai ter depois do licenciamento, se houver, planos sociais que vão estar abrangendo essas coisas, mas a empresa não tem uma prévia de um plano de ação para isso? Porque eu não consigo pensar aterro sanitário sem um plano de coleta seletiva, seja ele custeado pela cooperativa que eu vou chamar, pela população que vai a um ponto de entrega voluntária, ou pela própria prefeitura. No mais, agradeço o empreendimento, acho que toda discussão aqui é válida e a gente está aqui para contribuir. Obrigado.

Só para ser assim, bem colocado. Eu entendi a colocação da associação. A questão coleta seletiva, né, quer dizer, o lixo é do município, né, perante nossa iniciativa privada. Então cabe a coleta comum do lixo urbano, a implantação de um sistema de coleta seletiva, cabe ao município também. Ele pode colocar isso em uma concorrência pública, né, ou pode, dentro da 866, como foi dito pela associação dos catadores, por força de lei, ser concedido sem licitação ou num processo de concessão para eles, tá ok? Não cabe, nós não conseguimos, como um aterro, trabalhar isso da coleta seletiva. Nós teríamos que nos tornar coletores ou uma empresa também de coleta, o que somos, mas temos outro formato, com relação a Iranduba é só o aterro. A máquina que eu comentei com a dona Maria, com o pessoal da associação, é uma máquina que tria lixo bruto. Não é o lixo de coleta seletiva, tá? Também selecionaria sem problema nenhum, faria a segregação. Mas como sempre o resíduo de coleta seletiva classicamente no Brasil inteiro pertence às associações de catadores, entendeu, a empresa não entra nesse tipo de concorrência. Então essa máquina é nesse sentido. É isso aí gente, obrigado.

Ok. Eu tenho aqui a dona Marlene Lima, ela pede que leiam, ela pergunta "será realizada algum programa de educação ambiental com a população em relação à separação de resíduos a partir da fonte geradora, ou seja, da residência, das casas das pessoas?". Aí já responde essa, já pode responder.

Dentro dos nossos programas, planos de educação ambiental, esse geralmente é um dos primeiros itens, de auxílio em campanhas. Porque como eu disse, o lixo pertence à prefeitura, então a Norte Ambiental vai auxiliar em campanhas de educação na segregação de lixo em casa, separação de úmidos, de secos, ou até com maior qualidade.

Aqui a senhora Josiara Reis, ela está? Senhora Josiara Reis Pereira não está? Mas a pergunta dela é sobre esclarecimento dos impactos ambientais para a comunidade do Ariaú. Tem outra pergunta aqui do seu Edmilson Gomes que ele pede que seja lida. "Considerando que é previsto receber no aterro resíduos de toda a região metropolitana", aí ele pergunta, "a área destinada ao recolhimento é suficiente? Em caso de descarte de contenção", eu acho que é desastre, não sei, "qual seria a primeira área a ser atingida? O trânsito de veículos com resíduos será permitido todos os dias, 24 horas? Não seria possível, necessário ou até questão de segurança a promoção de bem-estar da população civil restringir esse trânsito aos finais de semana e feriados?" Aí ele pergunta mais, "gostaria que o IPAAM, mesmo que não conseguisse responder todos os questionamentos presencialmente, designasse posteriormente responder essas demandas e

disponibilizar para toda a sociedade as sugestões que foram acatadas". Aí ela coloca aqui o e-mail, o telefone, nós iremos responder sobre isso e eu acho que a empresa pode responder em relação à questão do trânsito, alguma coisa assim.

Como eu havia falado... Como eu havia falado... Alô. Como eu havia dito na apresentação, um levantamento demonstra que hoje pela ponte, nesse caminho da 070, trafegam diariamente em torno de 11 mil veículos, e que o nosso acréscimo diário é de 250 veículos. Isso em um período de 24 horas, então nós estamos falando aí em torno de 25, 28 veículos por hora, o que é uma demanda muito pequena, que não deve causar nenhum transtorno no formato. Obviamente são carros pequenos, são carretas, né. Depende da distância de que cada município estiver. Então esse impacto foi avaliado e foi considerado de pequena monta. É um acréscimo... E também nos fins de semana, isso não haveria... Geralmente não tem coleta, nós trabalhamos enquanto tiver coleta. Se o município não coleta no domingo, nós não vamos ter resíduo chegando no local.

Eu tinha chamado anteriormente a senhora Meire Jane, eu acho que já perguntei, né, ela fala que é de suma importância esse avanço para o município onde destinaremos o nosso lixo para o local certo, na coleta seletiva, gerando assim emprego e conscientização do meio ambiente, a natureza agradece. A senhora Meire Jane, que é professora, fez essa... Aqui tenho também o seu Domingos Daniel, ele está presente? Senhor Domingos Daniel? Aí ele não escreveu a pergunta dele, pediu para falar, mas acho que já se retirou. Tem, eu acho que é Eudes Fernandes. Já falou, né, era o enfermeiro, não é isso? Aqui eu acho que é Fátima, tem uma pergunta aqui que eu senti, a pessoa não disse se quer falar ou não, é da associação Nova Esperança, tá aí? Porque eu não consegui ler aqui, fala que "O senhor Sérgio Bringel, que mesmo que fez a esterilização do material", acho que é "hospitalar", "engenheiro"... eu não entendi aqui, se a pessoa estiver aí, quiser se manifestar, pode falar.

Boa tarde a todos. Eu sou catadora da associação Nova Esperança, e o que eu vi da Norte Ambiental, que surgiu o Sérgio Bringel, é o mesmo que fazia a esterilização do lixo hospitalar, que pegava nas UBS, no pronto socorro e o da Freire. O que acontecia é que ele, além de levar esse lixo hospitalar, ia em 250 graus pegando fogo lá pra dentro do aterro. Nós catadores fomos vítimas desse caso, porque pegou fogo o lixão, que tão falando aí lixão céu aberto, não é um aterro controlado, mas isso, e agora o que eu tô vendo aí, que tão dizendo só, fala do aterro, mas não tem, não tão dando suporte ao catador. Quando começar isso que tão dizendo se vai ser aprovado ou não daqui a seis meses, como que vai ficar o catador, passando fome? Porque ele tem uma renda de vender esse material reciclável. O próprio prefeito disse, lá junto com Gilberto de Deus, que ia pagar aluguel de galpão, ia dar cesta básica, e o que o catador viu uma cesta básica sim no final do mês, depois não viu mais nada. Como o outro parceiro falou, para a gente "semo", tomar vacina do COVID-19 foi uma luta, reivindicando os nossos direitos. Aí agora ele vem de novo dizendo que, Norte Ambiental, não gente, pera aí, nós estamos vendo uma coisa, famílias, que depois disso vai para onde, se ela não tá amparando o catador, não tá dizendo aí que suporte vai dar. Eu sou uma catadora, e isso nós ficou, mobilizar o movimento do catador, nós vamos pra rua exigir nossos direitos, porque há vinte anos atrás nós tava lá, passa-se administração, poder público, municipal, nenhum tava aí para a gente, a gente tava abandonado, e o catador aqui não vive de (?) 04:36:09 político não, a gente anda com as nossas próprias pernas, recebendo ajuda do vizinho, do conhecido, daquele que é menos favorecido, nos ajuda com o que pode. Mas nós não pode ficar esquecido no poder público não. Para dizer que depois a empresa vai abrir emprego e excluir o catador? Nós não vamos, não. E a gente não vai sair de dentro daquele aterro enquanto eles não ampararem nós, como a gente quer que

eles façam hoje. Porque se disser que o catador vai sair amanhã, nós vamos ficar lá até o poder público, ministério público do trabalho e dizer onde é que a gente vai, nós e os nossos companheiros de trabalho, porque nós somos fatores principais da cadeia produtiva de material reciclável dentro do município de Iranduba, e conhecido no estado do Rio de Janeiro, porque hoje nosso material sai daqui, vai para dentro das cidades metropolitanas de Manaus vendido. É uma baixa renda, o que é 500 reais para um deputado, um vereador, é pouquíssimo, mas para nós é muita coisa, porque é com esse dinheiro que nós sustentamos nossa família, pagamos nossa luz e nossa água. Eu choro aqui, meus amados, sabe por quê? Porque tem muita gente empregado. Eu já procurei emprego aí como gari, mas aí é temporário. Mas eu sou catadora, não vou deixar de ser catadora não, porque é uma dignidade para mim ser catadora, trabalhar junto e passar na porta de quem não conhece eu e eu digo, a gente trabalha dentro daquele lixão. A gente quer trabalhar com coleta seletiva, mas nós não temos apoio do nosso prefeito que tem do município de Iranduba, que não dá esse suporte para nós, a gente faz por livre e espontânea vontade, conversando com um vizinho, um amigo que doa o material reciclável e que hoje vai ali pro galpão do Laranjal, ali que nós faz nosso trabalho. E nós não vamos abrir mão dos nossos direitos, porque nós vamos estar unido dentro daquele aterro sanitário como tão falando aí que é lixão. Mas lá é que de nós tiramos a nossa renda para sustentar a nossa família, eu quero dizer muito obrigado.

Ok. O senhor Bruno Lima e a senhora Neide Vale pediram para se manifestar, dar opinião. Estão aí? Senhor Bruno está?

Olá, boa tarde. Me chamo Bruno, estou vereador no município de Iranduba e quero dar minha parcela de contribuição. Em nome do Marlon aqui, Júnior... Eu saúdo a todos da associação dos catadores de lixo. Quero dar uma parcela de contribuição visto esse projeto, tão gigantesco, que está a ser tramitado e que, possivelmente, será implantado no município de Iranduba. Muito que se é falado de algumas pessoas por aí, "ah vai ser implantado dentro do município de Iranduba um lixão". Mas não. Lixão nós já temos. Infelizmente, lixão nós já temos. Lá na estrada do Janauari, quilômetro 6, nós já temos um lixão a céu aberto, e todos os lençóis freáticos daquela área já estão poluídos. Então, visto que um projeto de aterro sanitário, sendo bem elaborado tecnicamente, com estudos, só vai trazer benefício pro nosso município. No estado do Amazonas, eu creio que deva ser o primeiro Aterro sanitário desenvolvido com responsabilidade. Nós temos hoje lixos controlados, que é totalmente diferente de aterro sanitário. Então, visto através desse projeto, que não é balela, é algo que vai trazer muitos e muitos benefícios para o nosso povo. É claro que algumas pessoas se sentem ameaçadas, mas eu creio que, principalmente quando se diz respeito a associação dos catadores que tem um papel principal, né, primordial, que eles que tão lá na ponta, já fazendo a primeira coleta seletiva até chegar lá no aterro sanitário. Então eu quero dar minha parcela de contribuição, dizer que sou a favor que seja implantado sim, um aterro sanitário dentro do município de Iranduba, até porque nós estamos dando um passo a frente de outros municípios quando se diz respeito a um aterro sanitário. Hoje o nosso município, ele está crescendo praticamente assim de maneira desordenada. São muitos e muitos loteamentos que são realizados na estrada. E possivelmente daqui a cinco, dez anos, serão toneladas e toneladas de lixo. E onde é que nós vamos jogar esse lixo? Novamente em um lixão a céu aberto? Não. Então é por esses motivos que eu sou a favor de um aterro sanitário. Porque o quanto antes nós se organizarmos e discutirmos políticas para se organizar em relação ao lixo, o município só vai ter a ganhar. Porque hoje nós não temos que pensar somente em nós. Nós temos que pensar nos nossos filhos e nos nossos netos. Então eu quero dar minha parcela de contribuição e dizer que sou a favor.

Ok, obrigada. A senhora, acho que é Ned Vale, não sei se é ele ou ela. Está aí? Pediu para dar opinião, senhora Ned está? Não está. Eu vou ler aqui a pergunta da senhora Maria Ivani Enes, do ramal do São José comunidade Bom Jesus do Paricatuba. Ela pergunta "por que o IPAAM não tomou medidas para que o aterro sanitário de Manaus não chegasse à atual condição? Por que não encontram outra área, distante de áreas habitadas? Se os municípios não conseguem implementar coleta seletiva nas cidades para redução do lixo e mitigação dos impactos ambientais, como querem dizer que vão facilitar a vida dos catadores?" Em relação ao aterro sanitário de Manaus, eu penso que é de conhecimento da maioria que na verdade é um aterro controlado, porque antes ali era um lixão e, sim, o IPAAM está acompanhando e estão sendo tomadas algumas medidas para, de certa forma, tornar a questão ambiental ali, mitigar da melhor forma possível, a gente tem trabalhado junto com a prefeitura. O lixão tá terminando lá, o aterro, a vida útil dele, por isso que tão sendo propostos outros projetos de aterro sanitário, justamente para que aquele lá seja fechado e tenhamos outras alternativas. A outra pergunta é "por que não encontram áreas distantes das áreas habitadas", aí eu penso que até eu vou passar

Ok, obrigada. A senhora, acho que é Ned Vale, não sei se é ele ou ela. Está aí? Pediu para dar opinião, senhora Ned está? Não está. Eu vou ler aqui a pergunta da senhora Maria Ivani Enes, do ramal do São José comunidade Bom Jesus do Paricatuba. Ela pergunta "por que o IPAAM não tomou medidas para que o aterro sanitário de Manaus não chegasse à atual condição? Por que não encontram outra área, distante de áreas habitadas? Se os municípios não conseguem implementar coleta seletiva nas cidades para redução do lixo e mitigação dos impactos ambientais, como querem dizer que vão facilitar a vida dos catadores?" Em relação ao aterro sanitário de Manaus, eu penso que é de conhecimento da maioria que na verdade é um aterro controlado, porque antes ali era um lixão e, sim, o IPAAM está acompanhando e estão sendo tomadas algumas medidas para, de certa forma, tornar a questão ambiental ali, mitigar da melhor forma possível, a gente tem trabalhado junto com a prefeitura. O lixão tá terminando lá, o aterro, a vida útil dele, por isso que tão sendo propostos outros projetos de aterro sanitário, justamente para que aquele lá seja fechado e tenhamos outras alternativas. A outra pergunta é "por que não encontram áreas distantes das áreas habitadas", aí eu penso que até eu vou passar aqui pro empreendedor falar, porque tem a questão das alternativas locais, que aí pode ser colocado. E sobre a coleta seletiva, acho que já foi mencionado aqui que isso é uma questão do município, né, uma política que o município tem que apoiar, tem que desenvolver, tá?

A localização, quer dizer, a escolha de uma área é bastante difícil. Você tem que ter o município primeiro, que tenha possibilidade de emissão de uma certidão de uso do solo, que dê permissão para que o empresário venha. Então a boa vontade do empresário em receber o empreendedor no local. Estabelecido o município, você escolhe áreas, a questão de habitação é que você tenta se manter em torno de 500 metros do núcleo, que a gente chama de ADA, área diretamente afetada. Isso a gente procurou em todas as alternativas locais, fazer isso. O nosso empreendimento tem uma proteção, tem um cinturão verde do lado do ramal por exemplo, 50 metros, que impede visualização, impede emissão de odor, de ruído... qualquer processo que venha a causar incômodos à população. Está bem descrito no processo e o projeto buscou exatamente isso, não ter nenhum impacto direto social, social não, desculpe, com relação ao empreendimento versus população, ok?

A senhora Fernanda Sama pediu para falar também.

Oi, boa tarde a todos. Eu queria parabenizar o IPAAM e também a Norte Ambiental por trazer essa discussão, depois de mais de dez anos do plano nacional de resíduos sólidos para o Amazonas. A Amazônia é o nosso pulmão, é o pulmão do mundo, é o lugar que tem mais preservação ambiental, a importância disso é enorme e os municípios até hoje não fomentaram essa discussão de aterro. O que a gente tem são lixões a céu aberto, os catadores trabalhando em condições não ideais, né. E hoje, quando vem essa discussão, eu acho que a gente dá um pontapé dez anos depois. Então eu acho que é parabéns para vocês, pro IPAAM que tá promovendo e para a Norte Ambiental, que começou essa discussão e vai assumir um risco de colocar um empreendimento para preservação do meio ambiente. Em relação aos catadores, eu também acho que, assim, vocês conhecem, vocês são do movimento nacional, então vocês sabem que essa é a primeira etapa. É a primeira apresentação do projeto. Cumprindo essa etapa do ambiental, da resolução CONAMA, que tem que falar pros empreendimentos, pro empreendimento local, pra região local, dos impactos que isso vai ter, e na sequência tem todo um plano de comunicação. O plano de comunicação de conversar com as comunidades, o plano de comunicação de conversar com todos os atores envolvidos nesse processo. E sem dúvida os catadores estão envolvidos nesse processo. Por que? Porque é inclusive benefício. Ninguém quer perder, tem vida útil de aterro. E os catadores, a reciclagem, a compostagem, tudo isso

agrega para que não entre mais resíduo no aterro, eles não sejam depositados no aterro. Então aumenta a vida útil. Eu acho que é um ganha-ganha, e eu parabeno, mas fico triste que só venha essa discussão dez anos depois do plano nacional de resíduos sólidos no Amazonas, o pulmão do mundo.

Eu quero passar a palavra aqui para a Cristina que pediu para fazer um esclarecimento.

Eu queria voltar a pergunta, a última pergunta que a senhora fez, a senhora me desculpe, não lembro seu nome, mas eu entendi que a senhora queria uma resposta, então aqui vai a minha resposta. Endossar mais uma vez que nós estamos com vocês, é um compromisso assumido. Está constando em ata. Nós temos aqui então uma gravação, uma filmagem, a gente se comprometendo com todos vocês que a gente vai inseri-los no nosso quadro assim que tudo estiver adequado. Uma vez que a gente consiga essa licença, uma vez que a gente consiga a implantação desse aterro, vocês são parte do grupo Norte Ambiental com certeza. Mais uma vez queria fazer registrar esse compromisso junto a vocês e todos os pedidos que vocês fizeram conosco estão sendo avaliados e serão atendidos de acordo com o possível. O que eu não conseguir, eu não vou atender, mas o que nós conseguirmos nós atenderemos com certeza, tá bom? Só para ficar o registro aí mais uma vez, obrigada.

Vou passar aqui também para o, alguém tem mais alguma pergunta? Alguma coisa que seja pergunta mesmo, que deixou de ser esclarecida? Então eu passo aqui para o Carlos, para ele, ele pediu para fazer uma manifestação.

Boa tarde a todos, com o avançado da hora, todos nós cansados, mas eu quero em nome do Instituto Piatam, e vou tomar a liberdade, do Paulo Tobiezi para falar que é em nome da Resitec, das empresas que elaboraram o estudo de impacto ambiental e o projeto, agradecer a condução do IPAAM, desde o começo do licenciamento e hoje, que transformou esse espaço em um espaço realmente democrático e de práticas republicanas. Eu agradeço e reconheço isso. Obrigado Maria do Carmo, obrigado presidente Juliano.

Pessoal, nós procuramos aqui responder aqui, recepcionamos todas as perguntas dos presentes, aquelas perguntas também que foram formuladas por quem tá nos assistindo pela internet, pelo YouTube. Queremos informar que a partir de hoje tem 15 dias úteis para apresentar ainda o IPAAM ou via protocolo ou via e-mail gabinete@ipaam.am.gov.br qualquer questionamento, manifestação referente ao que foi apresentado aqui. Na oportunidade quero pedir desculpas se cerceei aí a manifestação de alguém, o tempo, tá? Peço desculpas aí. Se tiver mais alguma coisa, que vocês solicitem via esse e-mail ou nos procurem lá no IPAAM. Nós estamos aqui com a equipe técnica do IPAAM, que é a equipe que tá analisando o EIA Rima que foi apresentado aqui para vocês, que é coordenado pelo João Paulo que tá ali do lado, que tem como membros o Edson Pinheiro, que também está aqui, o Fidel Castelo Branco, que tá ali, o José Raimundo, que hoje não compareceu, a Liliane Munhoz, o Marcelo Garcia, o Sérgio Martins de Oliveira, que fez a apresentação aqui para vocês, que tá aqui presente, e o senhor Omar Costa Silva Jr. Também estamos aqui com a equipe de educação ambiental que organizou tudo, a parte do cerimonial, juntamente com a empresa, a Terezinha de Jesus Melo, a Ana Carolina Afonso Gomes, o Urias Ibernnon, nós também estamos com nossa equipe de assessoria de comunicação que é a Késia Ferreira e o José Narbás, queremos agradecer aqui o apoio da polícia militar e da secretaria de estado de saúde. Também tivemos aqui com a elaboração da ata os nossos assessores jurídicos, o Dr André Mota e a Dra Laísa Pires, que estão aqui atrás, dando esse suporte. Queremos agradecer ainda a fundação de vigilância em saúde, secretaria de estado de educação e desportos, o professor Fábio Luiz Pereira da Silva, que é o gestor dessa escola de tempo integral,

Maria Izabel Desterro e Silva. Nossos agradecimentos também a todos, está aqui presente também, que iniciou e está aqui até o final, nosso presidente, o diretor presidente do IPAAM, dr Juliano Valente, que ficou aqui e tá acompanhando. Então assim eu dou por encerrada essa audiência pública e agradecemos a participação de todos que estiveram aqui presentes até essa hora. Muito obrigado. Pessoal da internet também, muito obrigado.

4:54:05 - FIM